

-----ATA N.º 6 DE 25 DE SETEMBRO -----

-----Aos vinte e cinco do mês de setembro de 2024, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 22/CM/2024 - Apreciação das contas intercalares da Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----2 - Proposta n.º 23/CM/2024 - Discussão e votação da 5.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----3 - Proposta n.º 24/CM/2024 - Discussão e votação da alteração aos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - 2.ª revisão ao plano plurianual de investimentos e 2.ª revisão ao orçamento da receita/despesa para o ano de 2024; -----

-----4 – Proposta n.º 25/CM/2024 - Discussão e votação da proposta de participação do município na constituição da Associação Campus de Saúde Dr. José Maria Antunes Júnior; -----

-----5 – Autorização para contratação dos seguintes empréstimos:-----

-----5.1 - Proposta n.º 26/CM/2024 - Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da construção da escola básica do Sarge, até ao montante de € 4.300.000,00;-----

-----5.2 - Proposta n.º 25/CM/2024 - Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da construção da escola básica de A-dos-Cunhados, até ao montante de € 7.200.000,00;-----

-----5.3 - Proposta n.º 26/CM/2024 - Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da construção da unidade de saúde de Runa, até ao montante de € 750.000,00;-----

-----6 - Autorização para repartição de encargos: -----

-----6.1 - Proposta n.º 27/CM/2024 - Empreitada para a requalificação da EM 555-3 Ligação Varatojo/Ventosa – concurso público;-----

-----6.2 - Proposta n.º 28/CM/2024 - Fornecimento de energia elétrica para as instalações de média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do Município de Torres Vedras - concurso público internacional; -----

-----7 – Apreciação das alterações por adaptação para incorporação das normas do plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) do Tejo e Ribeiras do Oeste dos seguintes planos: -----

-----7.1 - Proposta n.º 29/CM/2024 - Plano Diretor Municipal de Torres Vedras; -----

-----7.2 - Proposta n.º 30/CM/2024 - Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras; -----

-----7.3 - Proposta n.º 31/CM/2024 - Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente; -----

-----7.4 - Proposta n.º 32/CM/2024 - Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes; e-----

-----7.5 - Proposta n.º 33/CM/2024 - Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras; -----

-----8 - Proposta n.º 34/CM/2024 - Discussão e votação da alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para instalação da Unidade de Saúde de A-dos-Cunhados e Maceira; -----

-----9 - Proposta n.º 35/CM/2024 - Ratificação da declaração de interesse público municipal do processo CT/396/2024 – Adega Mãe, Sociedade Agrícola, Lda. para ampliação de edifício – Estrada Municipal n.º 554 – Fernandinho – Freguesia de Ventosa; -----

-----10 - Autorização de desafetações para o domínio privado do Município das seguintes parcelas: -----

-----10.1 - Proposta n.º 36/CM/2024 - Parcela de terreno com a área de 1.345, 00 m2 - Jardim de infância da Conquinha II; -----

-----10.2 - Proposta n.º 37/CM/2024 - Parcela de terreno com a área de 1.383,00 m 2 - Jardim de Infância da Boavista – Silveira; -----

-----10.3 - Proposta n.º 38/CM/2024 - Parcela de terreno com a área de 514,00 m2 no parque do Choupal; -----

-----11 - Proposta n.º 39/CM/2024 - Discussão e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Torres Vedras; -----

-----12 - Proposta n.º 40/CM/2024 - Discussão e votação da proposta de regulamento do Programa Segurança+Local – Bolsas para o curso de nadadores-salvadores do concelho de Torres Vedras; -----

-----13 - Proposta n.º 25/AM/2024 - Informação das comissões; -----

-----14 - Proposta n.º 26/AM/2024 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas: -----

-----14 .1 - Proposta n.º 27/AM/2024 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----14.2 - Proposta n.º 28/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----15 - Proposta n.º 29/AM/2024 - Votos, moções e recomendações. -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária). -----

----- Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- Margarida Maria Gomes Veloso Jesus (em substituição de Jorge Carlos Ferreira dos Santos), Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, António João Leal da Costa Bastos, Ana Lúcia Correia Sardinha (em substituição de Marta Filipa Sousa

Geraldes), Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, João Paulo Moreira dos Reis, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espirito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Mário João Rodrigues Matias, David Alves Gomes Lopes. -----

-----Faltou o membro Marco António Figueiredo Branco-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Maria Manuel Ferreira Nunes de Carvalho (em substituição de Sérgio Paulo Matias Galvão), Duarte Rogério Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto e Maria Manuel Ferreira Nunes de Carvalho (em substituição de Secundino Campos Oliveira). -----

-----O **presidente da mesa** deu início à sessão, com as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos, e como notas prévias lembrou que esta é a primeira sessão deste último ano do mandato, desejando que seja tão ou mais produtivo que os 3 anos anteriores, o que os honra e os dignifica. Disse ainda ter a certeza que este último ano de mandato, apesar da agitação que umas novas eleições sempre provocam, que saberão manter o cuidado e a elevação nos debates, respeitando as regras, respeitando todos os deputados, mas sobretudo os torrienses que os elegeram. -----

-----Lembrou ainda que no próximo sábado, dia 28 há mais um evento comemorativo dos 50 anos do 25 de abril, nesta mesma sala às 16h, onde será apresentada uma 3.ª edição revista e aumentada do livro do ilustre torriense, Dr. Andrade Santos, “Crónica de tantos feitos” e mais tarde às 18h, junto às instalações da antiga fundição de Dois Portos será inaugurada uma nova via, com o nome do coronel Vitor Alves, em homenagem a esse capitão de Abril, que teve felizmente uma relação intrínseca com a cidade e com muitos torrienses, às quais espera que todos se associem.

-----De seguida abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido duas inscrições: -----

**INTERVENÇÃO DO CIDADÃO CARLOS JOSÉ RUIVO DE JESUS - ASSUNTOS DE RUNA – ELETRIFICAÇÃO DA LINHA DO OESTE:** -----

-----O **cidadão Carlos Ruivo** começou por dizer que faz parte da associação Runa Viva, e vinha ao plenário mais uma vez falar sobre modernização da linha do Oeste, que está a ser executada

pela IP, mais exatamente falar na possibilidade da construção de um novo apeadeiro, junto ao parque verde de Runa e da possibilidades da construção de uma passagem superior, com a consequente supressão da perigosa passagem de nível em Runa na EN 248, e a sua insistência deve-se ao facto de ser para os runensses um assunto de enorme importância e não querem mesmo “perder o comboio”, preferindo ser chamados de chatos do que de incautos. -----

---- Lembrou que a população de Runa tem uma estação de comboios, localizada a uma distancia do centro da aldeia que faz com que a sua utilização não seja muito conveniente, e cujo percurso até ao centro da aldeia, não tem passeio para peões e de permeio tem uma passagem de nível e uma curva, ambas perigosíssimas para os carros, quanto mais para as pessoas. -----

---- Lembrou ainda que a velha passagem de nível já ceifou algumas vidas e com a chegada da nova linha do Oeste eletrificada irá aumentar o fluxo de comboios e com isso mais acidentes irão de certo acontecer. Estão previstos 48 comboios diários, que irão aumentar o número de interrupções da via na EN 248 e que irá diminuir em muito a funcionalidade da mesma. -----

---- Argumentou que todos sabem que uma estrada deverá ser sempre o mais rápida, segura e funcional possível, daí a grande importância da construção da passagem superior. -----

---- De seguida deu nota que a associação Runa Viva, preocupados, vão navegando em algumas informações, e em algumas promessas e no diz que disse, ou seja, parece que o apeadeiro vai ser feito, mas quando à passagem superior e à supressão da perigosa passagem de nível, o que vêm é que todas as passagens superiores a caminho de Lisboa estão praticamente concluídas, enquanto que em Runa, até á data, nada. -----

---- Perante o exposto questionou se está garantida a construção de uma passagem superior e consequente desativação da velha e perigosa passagem de nível de Runa, e qual vai ser a atitude da autarquia em relação a este assunto em próximas reuniões de trabalho que possam existir com a IP. -----

---- Terminou expressando o seu desejo de que este assunto seja tratado com a elevação necessária, dado que é uma daquelas coisas que poderá deixar Runa parada no tempo e esperam que a discussão deste assunto não se resuma a esta assembleia, para não terem de o levar à comunicação social de âmbito nacional. A população de Runa gostaria de algum de descanso, mas como sempre estão prontos para lutar. -----

---- A **presidente da Câmara** informou que teriam no dia seguinte, às 9h, uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Ferrovia, com o técnico responsável, considerando ser esse o momento de expor estas questões e fazer o ponto de situação, sendo que a passagem superior e o apeadeiro, são estruturas que estão desde o inicio equacionadas e garantidas para realizar, mas em situações diferentes. -----

---- Assim explicou que a passagem superior tem o projeto feito, mas não está orçamentado nesta

fase pelo que têm que aguardar pelo lançamento de um concurso, para o qual estão a pressionar, mas no caso do apeadeiro é para seguir. -----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**INTERVENÇÃO DA CIDADÃ ANA ALVES – PROJETO - MOBILIDADE, SEGURANÇA, E SUSTENTABILIDADE – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA/PASSEIOS:** -----

-----A **cidadã Ana Alves** disse que veio à sessão enquanto munícipe, freguesa, elemento da Associação de Pais do Externato de Penafirme, mas essencialmente como cidadã atenta, dando nota que no passado dia 20 de junho, elaborou e apresentou uma proposta na categoria supra freguesia do orçamento participativo, mas apesar do apoio e aprovação dos elementos da sua mesa a mesma não foi aprovada, por causa dos critérios que regem este processo. -----

-----Também referiu que dificilmente desiste e se acredita verdadeiramente nas causas, luta pelas mesmas até ao último recurso, como no caso vertente, pelo que vem apresentar o projeto em título, que pretende ligar Boavista (Silveira) ao Externato Penafirme e a Bombardeira ao Externato. -----

-----Fundamentando deu nota da crescente necessidade de alternativas de mobilidade sustentável e segura, os benefícios são a redução do tráfego de veículos, diminuição da poluição, promoção de um estilo de vida saudável, o objetivo principal é criar infraestruturas seguras e eficientes para os ciclistas e pedestres, e o secundário promover a integração entre os diferentes meios de transporte, incentivar o uso da bicicleta, trotinete e caminhada, melhorar a qualidade de vida dos moradores. -----

-----Deu nota ainda que são esperados benefícios ambientais a nível da redução de emissão de CO2, preservação de áreas verdes, sociais com melhoria na saúde pública, inclusão social através da mobilidade e económicos com valorização imobiliária, redução de custos com transporte e saúde como impacto na comunidade o compromisso do envolvimento da comunidade local representadas pelas juntas de Freguesia da Silveira e de A-dos-Cunhados e Maceira. -----

-----Concluindo disse que a construção da ciclovia verde/passeios, não é apenas um projeto de infraestruturas, mas um passo significativo para transformar as freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e da Silveira, num lugar mais sustentável e acolhedor para todos e que gostaria de ter uma oportunidade de levar a uma reunião de câmara o projeto em causa, para poderem discutir a sua viabilidade. -----

-----Por último informou que no próximo dia 4 de novembro, com o apoio da junta de A-dos-Cunhados e Maceira, que muito agradece, será atribuído o nome do Padre Cerca, à rua do lado sul do Externato, rua essa que infelizmente e apesar dos vários pedidos ainda se encontra sem iluminação, renovando o pedido a esta assembleia e à autarquia para a intervir junto da E-redes apelando à urgência da colocação das devidas luminárias. -----

-----Sobre a iluminação a **presidente da Câmara** respondeu saber que está em curso o processo

para a colocação de iluminação naquela rua, mas também sabe que existem neste local algumas dificuldades, mais concretamente quanto ao tipo de luminárias e da forma como seguram a iluminação e por isso não está mais despachado, mas está acautelado. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**Período antes da ordem dia:** -----

**RECOMPOSIÇÃO DO ORGÃO DELIBERATIVO:** -----

-----O **presidente da Mesa** informou que na sequência do pedido de renúncia ao mandato pelo deputado municipal António Augusto Ferreira dos Anjos, nos termos legais foi convocado João Paulo Moreira dos Reis, que se encontrava presente e a quem deu as boas vindas. -----

-----Informou ainda tendo em conta a suspensão de mandato solicitada pelo deputado municipal Renato Monteiro terminado em 24/07/2024, tendo em conta o tempo comutativo de ausência decorrido, e não tendo havido nova comunicação a estes serviços, atento o disposto no n.º 4 do artigo 77.º, conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua atual redação, passou à efetividade de funções como membro desta Assembleia Municipal, com efeitos a 25 julho de 2024, o deputado municipal Marco António Figueiredo Branco. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CORRESPONDÊNCIA:** -----

**DOCUMENTO 1:** -----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** -----

-----E-mail de Marco António Figueiredo Branco, de 25/09/2024, a justificar a sua ausência à sessão, por motivos de saúde.-----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:** -----

**DOCUMENTO 2:** -----

-----E-mail de Marta Geraldês, de 21/09/2024 a solicitar a sua substituição à sessão, por motivos profissionais, por não ser possível compatibilizar os horários e para efeito foi convocada e encontrava-se presente Ana Lúcia Correia Sardinha.-----

**DOCUMENTO 3:** -----

-----E-mail de Jorge Carlos Ferreira dos Santos de 25/09/2024 que vem comunicar a impossibilidade da sua comparência à sessão e que a sua substituição se opera nos termos estabelecidos no art.º 9 do regimento da Assembleia Municipal e será assegurada por Margarida Maria Gomes Veloso Jesus, que se encontrava presente. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

**REQUALIFICAÇÃO DA EN 115-2:** -----

-----O *deputado municipal* **Artur Corvelo** disse que conforme se pode ler no *site*, a Câmara

Municipal, aprovou por unanimidade no dia 23/04/2024 o lançamento do concurso para requalificar a EN 115-2, que faz a ligação entre Monte Redondo, Maxial e o limite do concelho, numa extensão de 7 km, no valor de € 700.000,00, sendo reconhecido que o pavimento se encontra em mau estado de conservação e sem condições para uma adequada circulação em segurança. -----

-----Reforçou que a Câmara Municipal quanto a isto nada mais faz do que estar em consonância com esta assembleia, na qual estas questões foram seriamente apresentadas e debatidas merecendo o apoio unanime por parte de todas as bancadas. -----

----- Recordou ainda que na altura que o plenário se pronunciou sobre a mutação dominial em que esta via passou para a gestão do município, foi manifestada a intenção deste de proceder à sua rápida reparação, pela qual ficaram absolutamente convencidos que finalmente poderiam suspirar de alívio e rapidamente encerrar este *dossier*, que os vinha preocupando. -----

-----Continuou a sua intervenção afirmando que, a optar por abrir um concurso para realizar esta empreitada urgentíssima, a câmara municipal, conscientemente, adiou a resolução do problema porque como é do conhecimento comum, estes procedimentos concursais obedecem a regras e prazos que protelam no tempo o início das obras e se a opção tivesse sido por administração direta, poderiam desde logo dar início à mesma. -----

-----Sabem que certamente dirão que o município não dispõe dos meios técnicos e humanos para a realização desta obra e até acreditam que assim seja, mas têm que perceber a razão, e esta é simples, é uma opção, uma posição política de fundo de não dotar a Câmara Municipal de um adequado parque de máquinas para poder alimentar alguns empreiteiros, mesmo que isso represente um acréscimo no valor total das obras. -----

-----Esta é uma opção política com a qual o PCP discorda em absoluto. Nada os move contra os empreiteiros, não discordam que algumas obras necessitem de ser adjudicadas, o que discordam é que esse seja o princípio político norteador de uma política de uma autarquia. -----

-----Mas voltando a esta obra em concreto, disse que aquilo que se assiste é o passar do tempo, propicio para a sua realização, nomeadamente a primavera e o verão e terem agora a perspetiva de passar mais um outono/inverno com a EN 115-2 num estado cada vez mais lastimável. -----

-----Concluindo assinalou que, apenas o troço entre Monte Redondo e a estrema da freguesia e concelho, a norte da Aldeia Grande, será intervencionado, pois certamente é o troço da responsabilidade do município, mas não podem esquecer que esta estrada continua a necessitar de mais intervenções para além destas e não convém deixar cair esta necessidade no esquecimento e deixar que tais obras levem um veto de “gaveta” a nível da IP.-----

-----A **presidente da câmara**, assegurou que nada tinha contra os empreiteiros nem contra a administração direta, mas a intervenção que irá ser feita não é a que o deputado estava a pensar, ou seja, não é fazer uma pavimentação do princípio até ao fim, mas apenas entre o cruzamento

de Monte Redondo e Aldeia Grande, porque essa é parte da via que não precisa de sofrer alterações relativamente ao traçado.-----

-----Aquilo que pretendem é que do Sarge até ao cruzamento de Monte Redondo, possa haver alguma alteração no traçado, por forma a desfazer algumas das curvas e contracurvas existentes, e isso demora mais tempo e não pode ser por administração direta. O projeto está a ser estudado, e assim que tenham um projeto estabilizado, avançam, crendo que será melhor assim e que o deputado concordará de certeza absoluta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **EVENTOS ORGANIZADOS PELA AUTARQUIA:**-----

-----O *deputado municipal Tomás Lourenço* interveio no sentido de dar nota pública daquilo que tem sido o trabalho em termos de 3 eventos específicos por parte da câmara municipal, começando pelo “Made in Torres Vedras,” um ciclo de eventos que acontece uma vez por mês no antigo instituto da Vinha do Vinho, de julho a agosto e vem divulgar à comunidade torriense talentos e criações de ativos locais do concelho. A programação é diversificada, com concertos, tertúlia, exposições, oficinas de trabalhos manuais, bancas de comida, prova de vinhos e bebidas.

-----Com início a 13 de julho, o primeiro evento deste ciclo, teve como temática a sustentabilidade e a criatividade, a 10 de agosto decorreu o 2.º deste ciclo de evento subordinada à temática “Juventude” e a 21 de setembro o 3.º evento com tema das artes gráficas como mote. Este ciclo de eventos, regressa a 19 do próximo mês, sempre no IVV, e os interessados têm toda a informação *site* da Câmara Municipal.-----

-----Prosseguiu dando nota do Bang Awards, um festival internacional de curtas de animação, que este ano conta com mais de 300 filmes de animação de todo o mundo, que competem pelo reconhecimento no dito festival, que celebra as novas tecnologias, artes digitais, multimédia, ilustração e cinema de animação e que continua a sua missão de apoiar os jovens criadores e a produção de conteúdos inovadores. Realiza-se nos dias 27 e 28 de setembro e celebra o melhor da animação mundial, com eventos ao ar livre, para toda a família, no Parque do Choupal.-----

-----Concluiu com a exposição na galeria dos Paços do Concelho patente de 1 de setembro a 11 dezembro de Ana Hatherly intitulado “Poeta chama poeta”, que expõe um conjunto de obras pertencentes à coleção Serralves, onde podem observar as explorações que a artista faz entre os vários mundos que conheceu, ao longo da sua vida e que exortou a todos visitar.-----

-----A *presidente da Câmara* fez notar que esta é uma chamada de atenção para alguns dos projetos e eventos que estão a ocorrer e que são muito interessantes e que valem a pena.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

#### **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SUPRA FREGUESIA:**-----

-----Reportando-se à intervenção da cidadã Ana Alves, o *presidente de Junta de Freguesia da*

*Ponte do Rol, Pedro Vaza*, interveio para subscrever as suas palavras no que se refere ao projeto supra freguesia, uma vez que também esteve presente e espera que as regras mudem, senão no próximo ano terão 500 pessoas a participar e será complicado. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**VESPA ASIÁTICA:**-----

-----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, enalteceu o Serviço Municipal da Proteção Civil, nomeadamente à equipa que tem a seu cargo eliminação da vespa asiática, à Filipa, ao Helder, e ao Nuno, que tem feito um trabalho extraordinário, a qualquer hora do dia e da semana. -----

-----Reforçou que testemunhou muitos casos desses e o trabalho feito é mesmo digno de louvor. -

-----Também se pronunciou sobre este assunto a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, para manifestar o seu agrado em relação à forma como se está a agir no combate à vespa asiática, até porque sabe de casos concretos em que o trabalho que está a ser feito a esse nível, é espetacular tanto em termos de brevidade, como de meios técnicos, e no seu entender devia ser olhado por outras áreas da câmara municipal como um grande exemplo, um caso paradigmático e que merece louvor. -----

-----**A presidente da Câmara** disse não podia estar mais de acordo com o louvor à equipa do gabinete técnico florestal, que têm feito um trabalho exemplar, e é exemplar para maior parte dos municípios do país relativamente ao combate à vespa asiática. -----

-----O **Presidente da Mesa**, informou que um voto louvor seria formalizado em ata no ponto 15 da ordem de trabalhos e transmitido aos destinatários. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**LIMPEZA DOS RIOS E ELETRIFICAÇÃO DE ROTUNDA:**-----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes* usou da palavra para se reportar a dois assuntos anteriormente por si abordados e que ainda não foram concretizados. -----

-----Assim, deu nota que no passado fim-de-semana quando visitou a mostra de carros antigos na Expotorres reparou que se encontrava junto ao rio uma máquina para limpeza do mesmo questionando se vai ser feita só na cidade, ou se é para fazer brevemente noutras zonas junto aos aglomerados habitacionais ribeirinhos, do Sizandro e do Alcabrichel, pois nalguns locais está bem pior e mais obstruído do que na cidade, mais especificamente em zonas críticas de cheia, e que como a edil bem sabe é urgente que seja feitas pois as chuvas estão quase aí.-----

-----Sabendo que a eletrificação dos candeeiros elétricos na rotunda do Turcifal já foi concluída questionou para quando a ligação dos candeeiros na rotunda da EN9 em Vila Nova da Espera em Runa, no cruzamento para Matacães. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que a limpeza do Rio Sizandro era absolutamente

necessária pois já tinha árvores já com uma certa dimensão, a nascer dentro do leito de rio mostrando-se indispensável fazer agora. Mais informou que no plano de valorização das linhas de água, estão identificados e serão priorizados os diversos troços dos 2 rios, consoante as necessidades. -----

---- Quanto à rotunda da Espera informou que a iluminação está a ser tratada entre a E-redes e a IP o que não significa que seja uma coisa rápida, se tomarem de exemplo o que aconteceu no caso do Turcifal. -----

---- A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

#### **ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE:** -----

---- O presidente de junta da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, **Mário Matias** interveio no sentido de falar da parceria existente entre a junta, a associação em título e a câmara municipal que fez um trabalho espetacular neste mês, um projeto que tem vindo a ser implementado desde 2019 e tem como objetivo principal recuperar habitações degradadas localizadas em diversas freguesias do concelho. -----

---- Assim, deu nota entre os dias 8 e 22 de setembro, 17 jovens voluntários, 16 deles com área de residência no norte do país e 1 de Lisboa, na Loubagueira, Freguesia do Maxial e Monte Redondo e na Asseiceira, Freguesia da Freiria, fizeram reparações numa habitação de um casal de idosos e numa de uma senhora com uma criança menor. -----

---- Acrescentou que à semelhança dos últimos anos o município assegura o alojamento em regime de meia pensão, as freguesias envolvidas colaboram na cedência dos almoços, e aproveitou para expressar um agradecimento à autarquia, à associação e aos técnicos que estiveram envolvidos no projeto. -----

---- Considerou importante deixar o registo da disponibilidade dos voluntários para ajudar a quem forneceu as refeições, assim como a dos técnicos na procura dos melhores resultados para melhorar a qualidade de vidas destas pessoas, defendendo a continuidade deste projeto, que acha muito importante para o concelho. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E INVESTIMENTO:** -----

---- O deputado municipal **Luis Carlos Lopes** iniciou a sua intervenção dizendo que podia parecer que estão numa sessão da Assembleia Municipal igual a muitas outras, mas que, pelo contrário, esta é uma das mais importantes dos últimos anos, já que a ordem de trabalhos incluiu pontos e decisões muito importantes que certamente a maioria se sentirá confortável aprovando, porém a todos convoca para uma reflexão, defendendo que é o momento adequado, para, partindo das decisões onerosas que irão assumir, pensar sobre os investimentos que faltaram, sua prioridade e cronograma. -----

-----Assim detalhou que vão decidir eventos e instrumentos, que são muito importantes para o concelho de Torres Vedras, mas vão condicionar o investimento para o próximo ano, já que o município atingirá 33% do seu limite de endividamento, pois irão certamente aprovar mais 12 milhões de euros que se juntará aos 25,5 milhões de responsabilidade que já têm, e que perfaz cerca de 38 milhões.-----

-----Lembrou que a capacidade de endividamento da autarquia, nos termos do regime financeiro das autarquias locais, é cerca de 115 milhões, limitado a um crescimento de 20%, mas extraordinariamente este ano o orçamento de Estado permite endividar 40%.-----

-----Acrescentou que adicionalmente está em agenda e que certamente será aprovado, um investimento muito relevante que considera importante e estruturante, o futuro Campus de Saúde Dr. José Maria Antunes Júnior, um projeto em que acredita, mas não pode deixar de ter presente que o mesmo implica um investimento privado de pelo menos 26,3 milhões de euros, esperando que seja atingido, mas não é certo.-----

-----Prosseguiu dando nota que o presidente da assembleia no dia anterior, no decorrer de uma reunião da comissão permanente de saúde defendeu, que se for o caso de existir menos capacidade de atração de investimento privado, o município devia assumir um envolvimento mais ativo e deu mesmo como exemplo a possibilidade de assumir os 3 milhões de euros anualmente e ao longo de vários anos.-----

-----Nada tem a dizer quanto a esta posição, com a qual muitos concordarão, mas se assim for, o município poderá ficar apensado em metade do investimento privado de 13 milhões de euros, com cerca de 40% da sua capacidade de endividamento, que não é mau, é bom, é frutuoso, é importante. Este é o valor potencial de endividamento que irá sair da presente sessão, mas então surgiu-lhe uma dúvida, uma intranquilidade que partilha com o plenário, que é “e o resto?”.-----

-----Afirmou que é autarca, desde o início do século e ao longo dos anos foi acompanhando os investimentos do município, não esquecendo que o ex-presidente Carlos Miguel, há cerca de 10 anos, por várias vezes sugeriu em plenário que a atividade do município no futuro teria um peso muito maior no que concerne à prestação de serviços, dando muitas vezes o exemplo da Holanda, mas sendo verdade, lembrou que o mundo e a vida são dinâmicos.-----

-----Deste modo deu nota que persistem infraestruturas e equipamentos que não foram edificados e surgem outras carências que tem que ser colmatadas, e não querendo ser exaustivo e sem elencar obras dos SMAS e as recuperações que vão sendo necessárias, elencou o que falta fazer em Torres Vedras: a regeneração de Arenas, de milhões e milhões de euros, a variante sul, o troço anterior foi completado há 20 anos e entrar na cidade pela Av. Carlos Lopes começa a ficar mais difícil, a variante norte, de difícil edificação e certamente dispendiosa, não apenas pela orografia do terreno, mas também pelos limites que a área de proteção do Forte de S. Vicente

implicam, a nova escola básica, o estacionamento perto da linha férrea, o novo estádio de futebol, a construir no local onde existe o outro que é propriedade do município, etc.. -----

----De igual forma elencou, fora de Torres Vedras a variante Paúl/Palhagueiras, a finalização do troço Palhagueiras/Santa Cruz, e em Santa Cruz, o equipamento municipal a erigir, no local do antigo casino, e a recuperação do Karting. -----

----Continuou assinalando que faltam no concelho, várias escolas para edificar, e outras para recuperar, centros de saúde e variantes em diversas localidades. -----

----Nesta sequência, são necessários recursos, e para sua obtenção não há muitas opções e é isto que quer relevar, e que para além do recurso ao endividamento há alternativa para obtenção de verbas, que tem sido e ainda é, o recurso a fundos comunitários, nesse caso até eventuais empréstimos da parte não participada, que embora obviamente que tenham que ser pagos, não contam para os excessos da dívida, porém, o PRR apenas está disponível até ao primeiro semestre de 2026, e o programa Portugal 2030 decorre na sua parte substantiva até 2027. A partir dessa data surgirá um novo programa comunitário onde se perspectiva que Portugal irá receber bem menos.-----

----Lembrou ainda que existem as tensões políticas na Europa, países menos desenvolvidos, e um país, a Ucrânia, destruído pela guerra, por isso, não falando do que já podia ter sido candidatado, e até já efetuado ou em obra, apela que, nesta fase final do mandato, o executivo com a colaboração de todos, possa ainda incrementar o número de projetos para candidaturas ou obra. -----

----Não vê, até se baseando do que lhe chega da atividade do município, que tenham em carteira, obras passíveis de serem objeto de financiamento de oportunidade, como aconteceu em outros momentos. -----

----Tendo em alguns momentos discordado da metodologia, que privilegiou sobretudo os fundos comunitários e não utilizou outras opções como as parcerias público-privadas e outras, lembrou que em alguns anos existiam sempre projetos prontos, que permitiam aproveitar o quadro comunitário, reiterando que é importante, estratégico e determinante, nesta fase final do mandato, sejam reforçados os departamentos de planeamento necessários com equipas externas, pois podem estar e certamente estão, a perder oportunidades de obter recursos para obras, necessárias, algumas delas em falta há muito tempo.-----

----Terminou este alerta, nesta altura em que o ambiente eleitoral ainda não aqueceu, pensando sobretudo na responsabilidade que têm como eleitos, os concidadãos assim o exigem, é esse o papel deles. -----

----A **presidente da Câmara** começou por assinalar o facto de os empréstimos que estão na ordem de trabalhos da presente sessão, são empréstimos que ficarão excecionados do

endividamento municipal, porque uma parte daqueles valores vão ser cobertos pelo 2030.-----

-----Relativamente a Arenes, está praticamente tudo no 2030 e, portanto, há projetos a serem realizados, embora saibam que aquilo que é necessário fazer em termos de investimento é muito. Dando como o exemplo os SMAS, a nível do saneamento no que concerne à substituição das condutas que já têm anos suficientes para serem substituídas e há zonas com dificuldades, mas têm que ter em consideração que a substituição num concelho como Torres Vedras é muito oneroso, por ser um concelho muito disperso e envolve investimentos muito significativos.-----

-----Continuou dizendo que tem que continuar a haver, quer em termos de orçamento nacional, quer de apoios comunitários, uma visão de apoio para determinado tipo de investimentos, e não houve agora neste quadro comunitário, porque é uma necessidade comum da generalidade dos municípios portugueses. Também considera necessário que se proceda à alteração da lei das finanças locais, tendo em conta que os municípios passaram a ter competências a nível das escolas, e também têm mais pessoal e, por isso, ter cada vez mais serviços não é viável, se não houver alterações a esta lei e uma visão diferente relativamente àquilo que é o trabalho das autarquias e as necessidades que tem. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MUSEU DO VINHO:**-----

-----O *deputado municipal Carlos Filipe* usou da palavra para dizer que o concelho de Torres Vedras é o maior produtor de vinhos do Oeste, e a sua vinicultura está registada na Rota Histórica das Linhas de Torres, conjuntamente com o museu do vinho de Bucelas.-----

-----Também deu nota que a estação vitivinícola sedeada em Dois Portos teve um papel preponderante na melhoria da economia da própria região, pelo que inquiriu para quando um Museu do Vinho em Torres Vedras. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que não estão a prever fazer um museu do vinho propriamente como tal, mas têm o IVV que vai sendo transformado aos poucos. Aquilo que preveem, no âmbito do programa Arenes, é que haja alguma transformação daquele espaço em zonas que simultaneamente possam ser vividas por empresários, por criadores, ou seja, espaços de inovação em que possa haver eventos, e simultaneamente, viver a cultura da vinha, não propriamente um museu como tal, mas que identifique e possa manter as características daquele local. -----

----- Por outro lado, o deputado fez referência ao INIAV, que é uma estação vitivinícola nacional, que tem alguns bons espaços que permitiriam também alguma exposição e tem uma coleção ampelográfica que é a melhor de Portugal e provavelmente da Europa e que muito poucos conhecem a não ser que sejam da área ou que pretendam alguma coisa da própria estação. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **INCÊNDIOS EM PORTUGAL:**-----

-----Sobre o assunto em título o *deputado municipal Rui Prudêncio*, deu nota que na passada semana o país viu-se novamente com o flagelo dos incêndios. Fruto de vários fatores, como a desordenação da floresta, das alterações climáticas extremas, da incúria de muitos e da maldade de outros, os incêndios são fenómenos, de tal forma destrutivos, que não podem olhar para o lado e têm de encontrar soluções, de uma vez por todas, para que Portugal não se torne num deserto negro e sem vida. -----

-----Acrescentou que foram de tal forma intensos que foram obrigados a recorrer à ajuda de outros países, quer em termos humanos, quer em termos de meios aéreos. -----

-----Foram duas semanas de combates intensos, causando o desespero das populações afetadas e infelizmente e para além dos avultados prejuízos económicos e sociais, estes incêndios causaram a morte de portugueses, quer civis, quer bombeiros e queria, às suas famílias enlutadas, endereçar a consternação do plenário e um voto de pesar. -----

-----Referiu que foram milhares aqueles que combateram estes fogos em particular os bombeiros de todos o país, e é com orgulho que deixa uma palavra de agradecimento aos bombeiros torrienses, que de forma abnegada e profissional, deram o seu inestimável contributo e ajuda no combate destes fogos, mulheres e homens torrienses, que honram a farda, a instituição, mas acima de tudo disseram ao país presente. -----

-----Assim expressou um agradecimento em nome da Assembleia Municipal e em nome da solidariedade para com todos os torrienses, sem esquecer que também nunca lhes faltarão. -----

----- Solicitou que o presidente da Assembleia, que também é o presidente da Assembleia dos Bombeiros, transmitisse a mensagem à instituição. -----

-----Usou da palavra a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* para dizer que se revê naquilo que foi dito pelo colega que a antecedeu, aproveitando para alertar quanto à vegetação rasteira seca, que se ficar no solo é matéria-prima combustível verde e não arde tão facilmente. -----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* disse que o PSD se revia integralmente nas palavras do deputado Rui Prudêncio no louvor que fez aos bombeiros de Torres Vedras, embora tenha que dizer *mea culpa*, porque foi quem redigiu o voto de pesar que será discutido no ponto 15, onde não citou especificamente os bombeiros de Torres Vedras, mas abrangeu aos bombeiros nacionais. -----

-----A *presidente da Câmara* interveio no sentido de subscrever o louvor aos bombeiros que se põem a vida em risco para que os outros possam estar protegidos e mais seguros. -----

-----O *Presidente da Mesa*, informou que um voto de agradecimento em causa seria formalizado em ata no ponto 15 da ordem de trabalhos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**ACESSIBILIDADES:** -----

-----O deputado municipal **Pedro Castelo** começou por agradecer à presidente da Câmara as respostas às informações que solicitou, nos dias 2 e 4 do presente mês, que vêm tarde e já começa a ser um hábito chegarem no dia da sessão da Assembleia Municipal, e começa a ser um aspeto coerente por parte da edil, mas como já diz o povo mais vale tarde que nunca, e chegaram.

-----Relativamente ao assunto que o levou a pedir a palavra questionou se existe algum plano, sobre as condições vergonhosas em que se encontra a Rua Vale Términus, no Hilarião e também de todas as ruas da Urbanização de Vale de Rosas, à saída de Torres Vedras, na direção do Bombarral, onde era a antiga adega cooperativa, convidando os presentes a passarem por lá, mas levarem um jipe, pois vão precisar, dando nota que as coisas estão assim há 3 anos, ou seja, desde o início deste mandato.-----

-----Reforçou que não se vislumbra alguma intervenção naquele sítio, mas recomendava ao Executivo, se tivesse um bocadinho de alcatrão, que pudesse alcatroar aquelas ruas porque faz muita falta e como para o ano será um ano de eleições, precisam do voto daqueles moradores e de quem é prejudicado todos os dias.-----

-----Voltou a referir-se ao viaduto da Av. Poente, porque passaram quase 3 anos, desde os primeiros alertas que fez no plenário, em que se sucederam coisas que eram completamente desnecessárias com o tempo que se perdeu, já que antes da Feira de S. Pedro, o dito viaduto que não representava perigo nenhum foi retirado, e aguarda um novo e portanto quando o viaduto vier há outra questão para tratar, que é do passadiço de madeira contíguo ao viaduto que vem até ao parque de estacionamento, junto aos bombeiros voluntários, que de facto não está em condições e de nada servirá o passadiço, nem o viaduto se o passadiço de madeira também não for arranjado, o que espera que aconteça o mais brevemente possível. -----

-----A **presidente da câmara** quanto ao Vale Términus, informou que é uma intervenção que está identificada e existe um plano, mas não tem a certeza que o consigam cumprir na sua totalidade no próximo ano, mas queriam que os votos que o deputado referiu fossem para o PS e não para o CDS e, portanto, vão ver como é que conseguem equilibrar estas coisas.-----

-----Relativamente à questão do viaduto, assinalou que está previsto que no final de outubro esteja pronto, pois só faltam as fundações que vão começar na segunda semana. -----

-----No que respeita ao passadiço de madeira informou que vai ser recuperado pelos serviços camarários por administração direta sendo a previsão estar pronto no final de outubro pelo que espera na próxima Assembleia Municipal, o senhor deputado Pedro Castelo possa dizer que têm o viaduto pronto. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SEMPRE LIVING OPERA:** -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** relatou que foi organizado no dia 3 de agosto no aeródromo de Santa Cruz, o evento em título, que achou que foi memorável, e não sabendo quem o organizou, tinha que lhes agradecer a coragem de quem se meteu nestas coisas, para lhes dar uma noite fantástica. -----

-----A sua intervenção dirigia-se à presidente da Câmara que foi muito criticada por ter promovido o apoio financeiro do município a este evento, para dizer que está completamente solidário, pois acha que fez muito bem, aproveitando este assunto para se reportar ao Ocean Spirit, para dar nota que teve 10 artistas, em 10 noites consecutivas de espetáculos, custou à câmara € 72.550,00 só em cachet dos artistas, fora aquilo que a Promotorres gastou na organização, na logística etc, que não está quantificado. Tiveram 20.661 pessoas em 10 dias de eventos, que dá uma média aproximada de 2.000 mil pessoas por concerto e por noite, pelo que acha que quem organizou o Ocean Spirit, ainda tem algumas coisas para aprender com quem organizou o evento memorável do Living. -----

----- Também relativamente a um evento em título o *deputado municipal* **Rui Prudêncio** começou por afirmar que a identidade e a cultura são fundamentais para a formação de um individuo e da coesão social, ou seja, a identidade e a cultura são essenciais para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo a solidariedade, a diversidade e o respeito mútuo. -----

-----Assim, acha que só por isto o evento, “Sempre Living Opera”, seria razão mais do que suficiente para endereçar um abraço de obrigado a todos aqueles que se envolveram na sua realização, alguns deles hoje presentes na sala. -----

-----Reforçou que o Living Opera foi um espaço que marcou a identidade torriense e acrescentou cultura, às suas vidas e em que ouviram musicas que de outra forma nunca teriam tido acesso. Relações pessoais que ainda hoje duram e perduram no tempo, relações que fazem parte da identidade e cultura, amizades, amores, desamores, juras de amor internos, foram celebrados ao som das músicas que marcaram as vidas de todos, e os torrienses não seriam os mesmos sem o Living Opera, mas um evento que celebrou tudo isto não significou apenas memórias. -----

-----Assim, reforçou que o “Sempre Living Opera” foi também uma oportunidade para todo o comércio de Santa Cruz, foram milhares aqueles que também jantaram, beberam e ocuparam os espaços nas ruas de Santa Cruz, a praia encheu-se de memórias de vida e tal como já tinha sido acordado com os organizadores do evento, todo o lucro foi utilizado para comprar equipamentos para pessoas com deficiência e foram entregues € 5.000,00 euros a quem realmente precisa na Junta de Freguesia da Silveira, e na Associação Santa Ajuda. -----

-----Por estas razões, agradeceu à Câmara Municipal que em boa hora, patrocinou este evento. --

-----Concluiu assinalando que promover e defender a identidade e cultura é função essencial da Câmara Municipal, e são dezenas as associações a eventos que contam anualmente com o apoio

municipal e este em particular não devia ficar de lado, pois é de cultura e identidade que se trata. -

----- Deixou também um abraço a todos os que tornaram possível a realização do “Sempre Living Opera”, e uma palavra de incentivo para que este evento se multiplique no tempo. -----

----- Também pediu a palavra para intervir sobre este assunto a *deputada municipal Ana Fiéis* para parabenizar a organização do evento pelas memórias que a avivou naquela noite, pelo conjunto de pessoas que reuniu e pela noite que proporcionou a Santa Cruz. Têm que aprender com eles, porque o número de pessoas que trouxeram é incomparavelmente maior que qualquer outra organização que se tenha feito em Santa Cruz. -----

----- Por sua vez o *deputado municipal Rui Estrela* deu nota que o dia 3 de agosto foi um dia e uma noite muito especial porque celebrou o seu 50.º aniversário e quanto ao evento em discussão afirmou que o UTV, enaltece a forma como o evento aconteceu, enaltece o próprio evento e aquilo que movimentou, e que muitos frequentaram tal como ele que lá esteve e que adorou, e estão todos de parabéns pela realização. -----

----- Esta foi sempre a posição do UTV, aproveitando para dar nota que a vereação deste movimento apenas votou contra a forma como um dos apoios foi concedido, porque o outro, votaram a favor. Esta posição foi válida nessa altura e continua a ser válida hoje, é a forma como foi feito o apoio não evento, o evento claramente é para se repetir. -----

----- A *presidente da Câmara* disse que pessoalmente se associa à ideia que houve de realizar um evento, e à qualidade do evento, pois embora tivesse de férias foi recebendo durante a noite, fotografias e vídeos do que se estava a passar e, portanto, só pela ideia, só pelo facto de possibilitar esta vivência, valeu a pena para toda a gente que lá esteve que a autarquia apoiasse com € 20.000,00 da forma como foi, pois, era a única possibilidade naquela altura. Esta verba foi muito bem entregue, e correr o risco de fazer desta forma pareceu-lhe que valia a pena e ainda bem que assim foi, até porque em termos sociais teve como reflexo, a entrega de € 5.000,00 euros quer à junta de Freguesia da Silveira, quer à Santa Ajuda, esperando que no próximo ano possam fazer ainda melhor e terem mais elogios do que teve este ano. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2024:** -----

----- A *deputada municipal Ana Cristina Umbelino* aproveitou a sessão para recordar que no quadro da 8.ª edição do Orçamento Participativo, decorre no mês de outubro, a votação das 48 candidaturas que se dividem em três tipologias: 37 projetos de freguesia, 3 em projetos supra freguesia e 8 em ideia jovem, e registou uma grande participação nas sessões presenciais e muitas propostas, com um total de 682 participantes. -----

----- Reforçou que o Orçamento Participativo é um instrumento de democracia que implica os cidadãos na resolução de problemas do seu território. -----

-----Concluiu dando os parabéns a todos os intervenientes, desde as associações que acolheram as sessões, à câmara municipal e juntas de freguesia por todo o trabalho e acompanhamento deste processo, que concorre para a construção de uma cultura de participação cidadã em Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MUSEU DE SERRALVES:**-----

-----O *deputado municipal António João Bastos* questionou se existe algum protocolo com o Museu de Serralves e a Casa da Música no Porto, e se existe qual é o valor, e que atividades foram desenvolvidas no âmbito desses eventuais protocolos.-----

-----Enquadrou esta questão, no facto de ser professor de desenho no ensino secundário, e todos os anos, beneficiam de visitas a exposições na Galeria Municipal, promovidas pelo Serviço Educativo da Câmara Municipal, cujo funcionamento e colaboração só tinha que elogiar, inclusive, que lhes disponibiliza transporte para trazer os alunos, no entanto, acha importante aferir o custo/benefício desta eventual parceria com Serralves e com a Casa da Música.-----

-----Defendeu que fazer visitas ao Porto é uma logística bastante complicada e dispendiosa mesmo ficando com os alunos em Pousadas da Juventude, porque implica ir num dia e voltar noutro e a maioria das famílias não tem disponibilidade financeira para custear a viagem Se o Porto fosse mais perto, seria muito interessante levar os alunos a Serralves e à Casa da Música, mas se a parceria é trazer uma exposição de vez em quando, como a que está patente no rés-do-chão, interroga-se se não valeria a pena antes optar por fazer parcerias com museus e fundações mais perto, para que possam fazer visitas, mas ir e vir no mesmo dia.-----

-----Assim gostaria de saber qual é o custo de trazer cada exposição e se além desse custo há alguma obrigatoriedade por parte do município de pagamento anual às fundações de Serralves e Casa da Música.-----

-----A **presidente da Câmara** começou por informar que a autarquia não tem nenhum protocolo com a Casa da Música, mas têm, desde 2016, um protocolo de fundador com a Fundação de Serralves, através do qual podem beneficiar das atividades desta fundação no Porto ou das que possam trazer de Serralves para Torres Vedras, inclusive de formação que é feita aos técnicos e que pode ser feita a alguns dos alunos, enfatizando que não é propriamente a mesma coisa ser de outra fundação qualquer que seja aqui ao lado.-----

-----Reforçou que Serralves tem um estatuto completamente diferente, amplamente reconhecido, e em termos de arte contemporânea, não existe paralelo em Portugal.-----

-----Pretendem que os alunos do concelho possam usufruir das exposições de Serralves, dos seus trabalhos, e das atividades que são desenvolvidas, nomeadamente a “Serralves em festa”, agora em curso.-----

----- Poderá não ser barato, mas aquilo que colhem é menor do que se forem a Serralves e permiti-lhes também levar, por exemplo, nestas “Festas de Serralves”, trabalhos de torrienses, que ficam patentes para uma imensidão de pessoas que frequentam depois a própria festa, pelo que lhes parece muito interessante continuarem com o estatuto de fundadores de Serralves.-----

-----Quanto a valores, esclareceu que pagaram durante os primeiros 4 anos € 25.000,00, e nos anos seguintes só pagam aquilo que for devido relativamente a trazer exposições, ou a levar exposições, portanto, aquilo que for relacionado com as atividades que desenvolvem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOBILIDADE/ACESSIBILIDADES:**-----

-----A *deputado municipal Ana Teresa Carvalho*, reportando-se à intervenção da munícipe Ana Alves que agradeceu e que considerou gratificante, porque o assunto da mobilidade suave, da criação de condições para os peões, para as vias de acesso, entre os vários locais é algo que tem referido em várias sessões da assembleia, é para si muito importante, especialmente neste dia que é o dia nacional da sustentabilidade tendo em conta a sua vertente ambiental e económica e que faz parte do dia a dia de cada um.-----

-----Lembrou que também hoje mesmo se tinha realizado uma reunião da Comissão Municipal de Ação Climática, ou seja, está mais do que na ordem do dia esta questão, considerando notável que não tendo podido seguir a proposta que foi feita num contexto de orçamento participativo, a mesma supera o orçamento participativo e devia fazer parte da política da própria ação climática, da sustentabilidade dos ODS que tanto apregoam e devia fazer parte da ação e intervenção de todos, como cidadãos e como políticos.-----

-----Nesse sentido reforçou o seu pedido de esclarecimentos, uma vez que além da importância de tornar os acessos e as vias seguras, não estão a falar já só de ambiente, mas estão a falar também da vida das pessoas, concretamente:-----

-----1 - O que está previsto para a zona do Paúl em que alguém que apanha transporte público tem 4 faixas para atravessar, sem semáforos para proteção de peões, sem passagem superior, sem passadeira.-----

-----2 - 90% das paragens continuam sem horários afixados nas mesmas pelo que as pessoas que queiram utilizar aos transportes públicos, não sabem quando os podem usar.-----

-----3 - Se está prevista alguma intervenção para Santa Cruz na zona próxima do cais, quando se desce para o Penedo do Guincho, que tem um paredão em que o desnível para a plataforma de betão donde sai a linha de água tem de cerca de 5 metros, e uma queda poderá ser fatal.-----

-----4 - A ligação entre povoações, mais nomeadamente entre Fonte Grada e Paúl continua por arranjar, apesar de ser visível um cartaz a dizer “estamos em obras”, e está assim há 6 meses, com a agravante de a circulação a pé, ter que ser feita, inseguramente, no meio da estrada, neste

caso em metade da estrada, porque a outra metade está intransitável. -----

----A **presidente da Câmara** informou que faria chegar a informação por escrito. -----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**COSTA TORRIENSE E SANTA CRUZ:** -----

---- **1 – Atividades de Verão:** -----

----Pedi a palavra o *deputado municipal Artur Narciso* para falar de algo que é querido para todos, embora haja por vezes muita gente que não a trata bem, que é a costa torriense e mais especificamente Santa Cruz, sendo fundamental reconhecer que tiveram uma época de verão de sucesso, e que souberam receber os turistas com qualidade, tantos internos como externos. -----

----Nesta sequência deu nota que o concelho, contou este verão com 11 praias de bandeira azul, 9 praias acessíveis e para além das 12 praias distinguidas novamente este ano com o galardão qualidade de ouro pela Quercus, e falando de segurança dos visitantes, lembrou que entrou em vigor este ano, o plano integrado de assistência a banhistas entre as praias de Santa Helena e Prisão, promovendo uma gestão Integrada do trabalho dos nadadores salvadores afetos às diferentes praias, que contemplou uma moto 4 devidamente equipada, conduzida por um nadador salvador coordenador e ainda o SOS *talking*, um sistema de comunicações de emergência.-----

----Continuou dando nota que este verão, tal como todos os outros, para além da ida à praia, tiveram imensas atividades organizadas tanto pela autarquia e juntas de freguesia, como também de iniciativas privadas. E aqui há que dar os parabéns, em particular aos empresários que existem em Santa Cruz em noutros pontos, desde a Praia Azul, Foz até Porto Novo, que investem o seu tempo, investem nos eventos e que procuram diariamente acompanhar aquilo que é a procura do público, ou seja, não se limitam a abrir uma porta, e esperar que as coisas aconteçam, recriam e existem imensos exemplos disso.-----

----Assim, elencou alguns, começando pelo Carnaval de Verão, que teve imensa gente, o Night Run com participação média de 300 pessoas por cada semana, o Ocean Spirit que trouxe 400 atletas que, conseqüentemente, trazem família, trazem outros elementos do staff, também teve concertos com qualidade, e a seu ver não se pode só olhar números, também têm que olhar para a qualidade, o Santa Cruz 365, um programa de animação e dinamização que acolheu 6 atividades, 18 sessões entre 22 e 25 de Agosto, o 9 Graus a Oeste, Filarmonias, o Mar de Sons, a 25.<sup>a</sup> edição do Cortejo Etnográfico, entre outros.-----

----Referenciou ainda que entre dia 1 de julho e 31 de agosto, na Biblioteca da Azenha foram registadas 1591 entradas, e na biblioteca de Santa Cruz 2.898, no Static - Festival de Estátuas Vivas, que já vai na sua 7.<sup>a</sup> edição foram apresentados 63 trabalhos, por 22 performers e nesta ocasião para quem diz que as ruas Santa Cruz estavam vazias, numa altura que até estava fresco tiveram 1196 votantes para o prémio do público. -----

-----Por último lembrou a Feira de Verão com imensas pessoas, a rua bastante preenchida que dinamizaram também a restauração, e aproveitou para parabenizar o outdoor referente a Santa Cruz, “para uns, fresquinho, para outros perfeito para aconchegar”. -----

-----Terminou frisando que são todos torrienses, têm que amar e preservar aquilo que têm e têm que aplaudir a iniciativa privada, a autarquia, nomeadamente as juntas de Freguesia de A-dos-Cunhados, Silveira e São Pedro da Cadeira, que também contribuíram para este sucesso. -----

-----A **presidente da Câmara** agradeceu ao deputado estas palavras relativamente a Santa Cruz, que é alvo por vezes de um olhar distorcido, porque se pretende que assim seja, assinalando que de facto teve um verão com imensas atividades e com imensa gente, descontando a situação climatérica que não permitiu aquilo que poderia ter sido em alguns dos dias. -----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

## **2 - Inquéritos na Praia em Santa Cruz:**-----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* interveio no sentido de dar nota que no início de agosto estava na praia da Física e foi abordada por um conjunto de pessoas, que disseram que estavam a fazer um inquérito em parceria com a Câmara Municipal e uma faculdade, sobre qual era a perceção dos banhistas das praias de Santa Cruz, quais eram as críticas e as sugestões que podiam dar. -----

-----Assim a sua pergunta era no sentido de confirmar esta parceria e se houve inquérito quais foram as conclusões que produziu, porque ficou curiosa, uma vez que disseram que estavam a percorrer todas as praias de Santa Cruz. -----

-----A **presidente da Câmara** confirmou que o inquérito é para um trabalho que estão a compilar para determinar a carga que é possível em termos de escolas de surf, na costa.-----

-----Acrescentou que nesta altura existem 9 escolas de surf, mas há sempre pedidos todos os anos para aumentar este número, ao qual não têm anuído, pois não pretendem que funcionem umas em cima das outras, como acontece em alguns locais da costa portuguesa, e querem apurar estes dados técnicos, que o Instituto Politécnico de Leiria está a fazer em conjunto com a autarquia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **3 – Escadas junto ao monumento João de Barros:**-----

-----Na sequência do que já foi falado sobre obras que precisam que de ser feitas em Santa Cruz, a *deputada municipal Ana Fiéis* lembrou a situação das escadas em título porque lhe parecem colocar em perigo a segurança dos cidadãos, tanto mais que se aproxima o inverno parecendo-lhe que estão em risco de ruir cair em cima da esplanada do “Medusa”. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que as obras estão elencadas para avançarem rapidamente.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

-----**Período da ordem do dia.**-----

**INCLUSÃO DE VOTO DE PESAR NO PONTO 15:**-----

-----Fazendo uso da alínea a) a do n.º 1 do art.º 44.º do regimento pediu a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* para fundamentar a apresentação de uma proposta de voto de pesar pelas vítimas dos incêndios do norte e centro do país, que entregou à mesa para incluir no ponto 15 da ordem de trabalhos, e que foi aceite. -----

**ADMISSIBILIDADE DE ASSUNTO A INCLUIR NA ORDEM DO DIA AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART.º 50.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

-----O *presidente da Mesa* informou, que a Câmara Municipal solicitou por urgência, decorrente de questões relacionadas com financiamentos, a inclusão de um assunto na ordem de trabalhos. -

-----Lembrou que esta possibilidade já tinha sido abordada na Comissão Permanente de Líderes e nos termos legais colocou à admissibilidade do plenário do assunto abaixo indicado, que seria discutido no ponto 12, uma vez que também se trata de um regulamento, o que teve a anuência de todos os presentes: “Discussão e votação da proposta de regulamento da Plataforma de Ação Climática de Torres Vedras”. -----

**encerramento**-----

**1 - PROPOSTA N.º 22/CM/2024 - APRECIACÃO DAS CONTAS INTERCALARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:**-----

-----Presente ofício número 4830, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a remeter a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2024, da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para conhecimento do órgão deliberativo.-----

-----Foi dada a palavra à *presidente da Câmara* que relativamente à Câmara Municipal começou por relevar a execução da receita em 53% e relativamente ao ano transato um aumento nos impostos, particularmente no IML. Também destacou o aumento nas transferências correntes e de capital, sendo que nas transferências de capital está incluído o valor arrecadado através do acordo de mutação dominial no valor de 3,9 milhões e que os impostos correspondem a 29%, da receita que foi arrecadada. -----

-----Relativamente à despesa, foi executado 39% daquilo que foi orçamentado, sendo que as despesas com pessoal contribuem com 39% para o valor total e a aquisição de bens e serviços correntes corresponde a 23% da despesa realizada. Salientou que continua a haver aumento da despesa com pessoal, ou seja, têm mais 36 pessoas, relativamente ao ano anterior, que corresponde ao acréscimo de funcionários nas escolas, que acaba por ser verdadeiramente

assustador pois têm necessidade de colocar muito acima daquilo que são os rácios do Ministério da Educação, o que no seu entender é um assunto que precisa ser trabalhado no âmbito das descentralizações de competências uma vez que há um valor muito díspar entre aquilo que são as despesas que o município tem e aquilo que é transferido por parte do Ministério da Educação. -----

-----O mesmo se passa relativamente às próprias despesas realizadas, porque fazem a aquisição dos géneros para os refeitórios, que no caso de Torres Vedras tem um valor substancialmente mais elevado do que outros municípios, sendo esta uma boa razão para poderem usufruir de alguma bonificação, pela qualidade que apresentam na alimentação escolar, mas que é tratado pela tutela da mesma da mesma forma.-----

-----Deu ainda nota de um aumento na atribuição dos apoios financeiros quer às associações de carácter desportivo, quer às culturais, que incluiu a recuperação de 2 campos relvados, concretamente da Associação Social, Recreativa e Cultural Desportiva do Sobreiro Curvo e do Futebol Clube de São Pedro, que ficarão como novos e que revestem a forma de apoios para que possam fazer os investimentos. -----

-----Sobre os investimentos assinalou que em geral foram 10% da despesa realizada, tendo havido uma baixa execução de alguns dos investimentos que pretendiam realizar no primeiro semestre, mas que foram atirados para o segundo semestre, nomeadamente, as unidades de saúde familiar, e a escola de saúde que se vai iniciar em outubro, mas que eram obras previstas ainda para o primeiro semestre. -----

-----Referiu aumentos a nível das transferências para instituições sem fins lucrativos, das transferências para as freguesias, e também das depreciações e amortizações, o que é perfeitamente normal porque passaram a ter um ativo superior e, sobretudo, pelo facto de terem feito grande melhoramento relativamente às estradas, o que fez também aumentar significativamente o valor das depreciações e como tal ter em junho um resultado líquido negativo.

-----Relativamente aos SMAS frisou que no 1.º semestre os investimentos também têm sido abaixo daquilo que estava previsto, em cerca de 25% relativamente à água, cerca de 16% relativamente ao saneamento, e sem investimento nas áreas dos resíduos, que traduz dificuldades significativas na contratação de projetos e na contratação de pessoas para fazer os projetos e de pessoas mesmo para a própria instituição, para o gabinete de projetos. -----

-----O resultado líquido é positivo, bastante positivo. -----

-----Reportou-se ainda aos gastos com pessoal que também cresceram um pouco, cerca de 5%, o mesmo com as despesas com saneamento, RSU, rendas e alugueres, conservação, reparação e diminuição naquilo que diz respeito à eletricidade e às comunicações. -----

-----Por fim lembrou que o aumento das tarifas deste ano foi de 3,3%, ou seja, correspondeu àquilo que é a taxa média anual do índice harmonizado de consumidores e assim este aumento de

tarifas, que é exatamente com o valor médio da inflação no país, no ano anterior, permite que haja algum equilíbrio nestas contas dos SMAS. -----

-----Pedi para usar da palavra o *deputado municipal Rui Estrela*, para dar nota daquilo que é uma preocupação que o UTV tem registado exercício após exercício e que, mais uma vez continua a agudizar-se. Sentem que, pelas contas apresentadas, vão vendo um município cada vez mais amarrado às despesas correntes e sem margem para muito mais.-----

-----Reforçou que comparativamente com o 1.º semestre de 2023, as despesas correntes aumentaram a um ritmo 7 vezes superior às receitas correntes, e estão a falar de um aumento de fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de € 1.335.000,00, com o incremento de € 194.000,00 euros de impostos, contribuições e taxas, portanto, é uma disparidade que faz com que o resultado líquido, se apresente bastante negativo, em cerca de € 1.700.000,00 no primeiro semestre e, desta vez, ao contrário da última vez que apresentaram umas contas intercalares negativas, o UTV não tem nenhuma sugestão a fazer para alterar o cenário.-----

-----Afirmou que o cenário é mesmo preocupante e vão manter-se vigilantes para ver o que acontece no segundo semestre, esperando que haja um equilíbrio das contas.-----

-----Em relação aos SMAS, aquilo que disseram em relação às contas da Câmara Municipal são também uma evidência, o plano plurianual de investimentos está executado em 11%, o investimento pago representa 11% daquilo que estava previsto e as despesas de capital voltam a ter uma tendência que se agrava, porque se representavam 14% em 2023, representam apenas 9% em 2024, à data de junho obviamente, com uma redução de € 158.000 euros, ou seja, se já era pouco, passou a ser menos ainda, portanto, não há investimento de facto, e no que diz respeito às despesas correntes, o sentido é exatamente o contrário e de forma mais galopante com um acréscimo de € 600.000,00.-----

-----O *deputado Municipal Luis Carlos Lopes* salientou que a presidente da Câmara fez bem em elucidar a questão dos apoios às associações em fins lucrativos, que não estava discriminado e, portanto, o facto de se perceber que se dá apoio para dois campos de futebol é completamente diferente, porque era estranho que de repente, de um ano para o outro, houvesse um volume de quase 1 milhão de euros.-----

----- Assinalou também que as contas têm um fluxo em sinal contraditório, porque o IMI aumenta, mas o IRC e as receitas também dos loteamentos baixam. A contribuição para a OesteCIM dos passes diminui, mas comparativamente aumentam as despesas que são alocadas às amortizações, portanto é quase jogo neutro, e é difícil perceber o que é que fez esta variação de € 2.000.000,00 por uma grande parte ter a ver com as transferências para as freguesias. -----

-----Salientou a importância do valor gasto em eventos e iniciativas, que também ocorreu no ano transato, mas as comemorações do centenário já houve o ano passado, assim como o evento

Reserva, pelo que, este aumento, quanto a si não se justifica.-----

---- Disse esperar que no segundo semestre as contas revertam de forma a que não sejam negativas. -----

----Em relação aos SMAS, efetivamente 11% de investimento, é curto e de qualquer forma há uma inversão das contas, seja à custa desta questão de menos investimento ou não em relação ao ano passado que nesta fase estão piores, mas há candidaturas que às vezes atrasam e no fim do ano é que terão que acertar, porque há coisa que ocorrem até 30 de junho e se aparecerem a 1 de julho já não é comparável.-----

----A Assembleia Municipal, tendo presente o disposto na alínea d), do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, na sua atual redação, tomou conhecimento das contas intercalares de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

## **2 - PROPOSTA N.º 23/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 5.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORES VEDRAS:**-----

----Presente ofício número 4829, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por maioria, em sua reunião de 10/09/2024. -----

----A **presidente da Câmara** esclareceu que a revisão em análise visa apenas acomodar algumas rubricas que não estavam previstas inicialmente e que são necessárias introduzir, nomeadamente algumas que têm a ver com projetos e candidaturas que foram aprovadas, para que se possa dar sequência ao plano de atividades. -----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* anunciou que o grupo Municipal do PSD iria seguir a linha dos vereadores no Executivo Municipal, com o voto de abstenção. -----

----Aproveitou para pedir esclarecimentos sobre a obra da escola do Maxial, uma vez que viu online a reunião do Executivo camarário, que a edil disse que ia entrar em obra em maio de 2025, mas não consta no PPI para 2025, apenas existe projeto, quer nesse ano quer nos subsequentes.

----A **presidente da câmara** confirmou que foi adjudicado o projeto no dia anterior e que a previsão é iniciar em abril/maio. -----

----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 34 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a 5.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----Anota-se que se abstiveram, Luis Carlos Lopes, Margarida Veloso Jesus, António João Bastos, João Paulo Reis e Ana Fiéis. -----

## **3 - PROPOSTA N.º 24/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AOS**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO - 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA PARA O ANO DE 2024:** -----

-----Presente ofício número 4825 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024, a remeter a revisão em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por maioria, em sua reunião de 10/09/2024. -----

-----Fazendo uma breve apresentação, a **presidente da Câmara** deu nota que o assunto em apreço é semelhante ao da Câmara Municipal, ou seja, a introdução de alguns projetos e retirar outros que a 30 de junho, já sabiam que não iriam ser executados durante este ano e transferidas essas verbas.-----

-----O presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da *Cabeça*, **José Damas Antunes** interveio para lamentar a retirada de um projeto de saneamento na freguesia que preside, mais concretamente na Carrasqueira, e irá votar contra por causa disso. -----

-----Assim, descreveu que era um projeto relativamente pequeno, que foi colocado em orçamento depois da reunião pública da câmara que se realizou na freguesia no ano passado. Também referiu que há um ano que não menciona a ligação em alta do saneamento do Casalinhos das Oliveiras, obra que se iniciou, mas não se concluiu, e já vai com 3 anos com o saneamento feito, mas sem essa ligação em alta, assim como também não avançou o saneamento do Casal das Giestas. -----

-----Declarou que o saneamento na freguesia de Campelos/Outeiro não avança absolutamente nada, e ele que esteve na fase inicial do saneamento há 42 anos, lamenta esta luta por saneamento que não avança, deixando um voto da freguesia de descontentamento em relação ao mesmo. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que relativamente à Carrasqueira, projeto está a ser feito internamente e a obra irá para 2025 e foi retirado porque não vai ser contratado, vai ser feito pelos próprios SMAS. -----

-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria 33 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra, aprovar a alteração aos documentos previsionais dos serviços municipalizados de água e saneamento - 2.ª revisão ao plano plurianual de investimentos e 2.ª revisão ao orçamento da receita/despesa para o ano de 2024. -----

-----Anota-se que se abstiveram, Luis Carlos Lopes, Margarida Veloso Jesus, António João Bastos, João Paulo Reis e Ana Fiéis e votou contra José Damas Antunes. -----

**4 – PROPOSTA N.º 25/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE**

**PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAMPUS DE SAÚDE**

**DR. JOSÉ MARIA ANTUNES JÚNIOR:**-----

-----Presente ofício número 4827, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a dar conhecimento que a câmara na sua reunião de 10/09/2024, deliberou, aprovar o Plano Estratégico e Análise de Sustentabilidade e o Projeto de Estatutos da Associação em título, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelo outro associado fundador, das formalidades inerentes à constituição da associação e, nessa sequência, submete à Assembleia Municipal para que delibere sobre a participação do Município de Torres Vedras na constituição da Associação de Direito Privado denominada Campus de Saúde Dr. José Maria Antunes Júnior, atentos os documentos anexos à presente proposta, designadamente o Plano Estratégico e Análise de Sustentabilidade e o Projeto de Estatutos.-----

-----Como nota prévia à discussão do assunto o presidente da Assembleia, **José Correia** informou que no dia que antecedeu a sessão realizou-se uma reunião alargada da Comissão de Saúde, onde estiveram presentes os presidentes de juntas de freguesia e os presidentes das diferentes comissões da Assembleia Municipal, com o Professor Joaquim Ferreira, coordenador do projeto e com a empresa que fez o trabalho de estudo de sustentabilidade e da viabilidade económico-financeira do projeto.-----

-----Explanou que tinham para aprovação a forma de participação estatutariamente prevista de constituição de uma associação de direito privado, prevista no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, para qual é necessária autorização da Assembleia Municipal, após o que faltará para a sua efetiva concretização o visto prévio do tribunal de contas, tendo em conta o plano estratégico e análise de sustentabilidade e o projeto de estatutos.-----

-----Reforçou que há uma unanimidade de consenso a nível dos membros da comissão alargada de saúde e abriu o assunto à discussão do plenário.-----

-----Pedi para intervir o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** para assinalar que o projeto de criação de Associação Campus de Saúde Doutor José Maria Antunes, tem sido objeto de apresentações a todas as forças políticas, apresentadas nesta assembleia procurando os seus fundadores, Câmara Municipal e Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, esclarecer tudo acerca do projeto que transformará o velhinho hospital do Barro, de edifício abandonado e votado a degradação e ao vandalismo, num importante polo científico e tecnológico ao serviço do estudo e do desenvolvimento da medicina e, conseqüentemente, uma importante estrutura de desenvolvimento do concelho de Torres Vedras.-----

-----Assim disse que o PCP saúda e aprecia esta forma de proceder, cujo objetivo foi, obviamente, procurar que este projeto tivesse o máximo de participação e de consenso possível e não suscitasse dúvidas a ninguém, objetivo esse que foi conseguido, realçando todo o trabalho e

empenho e dedicação que presenciaram por parte do conterrâneo Professor Joaquim Ferreira, coordenador do mesmo, sem o qual estão convencidos, dificilmente estariam ali.-----

-----Desde sempre acharam que era deveras lamentável e preocupante que, uma estrutura histórica do campo na saúde do concelho, como era o hospital doutor José Maria Antunes ficasse votado ao abandono, e não fosse devidamente aproveitado, pelo que o seu ressurgimento como estrutura ligada à saúde, agora noutras vertentes, teria de merecer o apoio do PCP. -----

-----Frisou que seria demasiado exaustivo estar a enumerar as vantagens e benefícios que se esperam deste projeto, a começar pelos 400 postos de trabalho que o mesmo irá criar, salientando a unidade interdisciplinar especificamente dedicada a doentes crónicos.-----

----Quando ao plano estratégico, merece um reparo, que é o facto de ser quase residual a participação do Estado no seu financiamento, o que acham criticável quanto ao projeto de estatutos em análise, e que as opções tomadas em relação a este mesmo projeto, que como já foi reconhecido poderiam ter sido outros, mas nada têm a opor e votarão favoravelmente. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que o CDS iria votar sem qualquer tipo de hesitação a favor pois, como a totalidade dos presentes, quer acreditar, que este é um projeto estruturante para o concelho no curto, no médio e no longo prazo, tal como foi, na referida reunião realizada no dia anterior, apresentado pelo presidente da assembleia, comungando das suas palavras em relação ao projeto e à maneira como foi feito o plano estratégico, pelo que não tem nada a opor quanto ao mesmo e quanto à constituição da associação.-----

-----Recuando um pouco, lembrou que este projeto surge por 2 razões, porque há um imóvel disponibilizado e que passa para a esfera do domínio municipal e há um torriense, de nome Joaquim Ferreira que sonha e que acredita que é possível e, portanto, estas 2 premissas, juntamente com a vontade do anterior presidente da Câmara, Carlos Bernardes e também de aqueles que o precederam, levaram à presente situação, que querem que chegue a um bom porto, porque percebem e sentem que é extremamente importante. -----

-----Relativamente aos estatutos, disse que como torriense sentir-se-ia mais confortável que ficasse mais explícito o n.º 4 do art.º 36.º (dissolução e liquidação) prevendo que o imóvel reverta sempre para município de Torres Vedras, e não para os associados fundadores, deixando esta sugestão. -----

-----Seguiu-se o presidente de junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães **David Lopes**, que defendeu ser um projeto que é lhe é querido e é querido a todos. Estão a falar de uma intervenção estratégica para Torres Vedras, mas que se vai revelar estratégica para toda a região, para todo o país e possivelmente um investimento que será internacional e pioneiro. -----

-----Aproveitou para agradecer ao presidente da assembleia o convite para a reunião da comissão de saúde já referida onde tiveram o prazer de mais uma vez ouvir falar sobre este projeto que tem

de os orgulhar a todos, em que a câmara municipal vai fazendo seu o seu caminho, em conjunto com Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, um investimento no território, e num edifício que lhes é querido e que teve uma passagem na última década triste. -----

----Assim da sua parte, como presidente de junta de freguesia onde este equipamento estará inserido, disponibiliza toda a sua colaboração, e manifesta grande satisfação com o projeto e já transmitiu à presidente da câmara, a expectativa que possam ser considerados como associados aderentes. -----

----O *deputado municipal Ilídio Santos* disse que o UTV iria votar a favor, contudo, deixaria algumas observações que têm a ver com o processo, e não com o projeto. -----

----Nesse contexto deu nota que estão perante um projeto do concelho, e perante a resolução de um problema, se assim quiserem chamar que é o abandono do hospital do Barro, contudo, os vereadores foram confrontados em vésperas, com o processo para discutir e para aprovar em reunião de executivo. -----

----Nada têm contra o projeto, têm contra o processo político como foi conduzido, pois entendem que a política é feita com as pessoas, ouvindo, pedindo, aceitando opiniões e todos são válidos para contribuir para este megaprojeto, sendo ele tão relevante para o concelho, mas como isso não aconteceu, os vereadores do UTV tiveram que abster-se na votação, porque não tiveram tempo para analisar todo o projeto. -----

----O grupo municipal do UTV vai votar a favor reiterando que nada têm contra o projeto. -----

----Por último deu nota que à posteriori, houve uma reunião entre os vereadores e o Professor Joaquim Ferreira, onde houve contributos dos vereadores do UTV que foram alvo de análise, ou seja, se ouvirem as pessoas, certamente conseguem ter um melhor projeto no final, nomeadamente benefícios fiscais para os apoios a privados e quotização superior para as empresas. Ouvir é sempre melhor do que pensar que já analisaram, já pensaram, já ponderaram tudo e já sabem tudo. -----

----Também para se pronunciar sobre o campus de saúde tomou a palavra a *deputada municipal Ana Fiéis* reforçando que este projeto em concreto é realmente estruturante e relevante para o concelho, e espera que se concretiza e que perdure por longos anos. -----

----Tem pontos fracos, que serão de ordem financeira, mais concretamente, a questão do investimento inicial que preocupa o grupo Municipal do PSD. -----

----Este investimento inicial é bastante elevado, e é preciso encontrar mecenas para que consigam completar os 42 milhões de euros, o que os leva a perguntar “e se não conseguirem” se é a câmara que vai em frente. Também salienta a necessidade de obras de reabilitação das infraestruturas pelo que questionou se vão ter que fazer a estrada que já está prevista em PDM, ou seja, se vão ter que completar a avenida Poente. -----

-----Complementou que um corredor de reserva terá de ser equacionado, porque não está a ver se abrirem uma unidade de saúde familiar, terem as pessoas incessantemente a passar pelo Barro, e todos conhecem a estrada que passa pelo meio do Barro, e assim, mesmo quem vem de Lisboa vai ter que passar também por ali e vai ser extremamente complicado. Não se trata só deste investimento ou para o edifício, trata-se também de investimento em infraestruturas. -----

-----Espera que este projeto vá em frente, o PSD vai votar favoravelmente com alguma apreensão na questão financeira, mas fazem votos que seja um sucesso e que mapeie Portugal no mundo se possível. -----

-----Também sobre o assunto tomou a palavra o *presidente da assembleia municipal José Manuel Correia*, dizendo que comunga das preocupações que o deputado Luís Carlos aludiu na sua intervenção no período antes da ordem do dia quanto aos equilíbrios e cuidados na programação financeira que têm que existir, na medida em que têm muitas coisas para fazer, e o dinheiro não estica, e espera que seja sempre assim, porque é sinal que querem mais e melhor e também concorda com aquilo que foi dito, que têm que envolver sempre todos e mais alguns, sobretudo em projetos desta dimensão, deste interesse e deste impacto. -----

-----Se não foi feito, deve ser feito, deve ser feito com cuidado, avisadamente, nomeadamente nos aspetos financeiros e deve efetivamente ser agregador de vontades, sobretudo quando estão a falar de uma oportunidade e considera este projeto uma oportunidade muito forte, demasiado forte para o concelho. -----

-----Lembrou-se de uma situação que ninguém ainda conseguiu decidir, se era mesmo verdade ou se é mentira, relacionada a oportunidade perdida de ter em Torres Vedras a universidade que depois foi para Coimbra, na certeza que os homens bons que nesta sessão estão presentes não vão deixar que uma oportunidade destas não seja agarrada. -----

-----Disse isto porque a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, não é uma entidade qualquer e em termos de concelho, chegar alguém, do mais prestigiado e com a idoneidade reconhecida, que diz que gostaria de fazer em colaboração com a autarquia um projeto, que para eles é essencial e para o concelho pode ser tanta coisa, e é tanta coisa que custa enumerar a quantidade de benefícios e serviços que um projeto desta natureza possa trazer, por isso quanto a ele não há possibilidades que este projeto não se faça. -----

-----Este projeto já tem uma fundamentação económico-financeira, tem um projeto de sustentabilidade, é interessante porque assume e é verdade, formas modestas de projeções de natureza financeira, sobretudo em termos de custos e de proveitos, mas sendo modestos, são muito sérios e muito exaustivos e é crível que muitos dos resultados que estão lá previstos, se venham, pelo menos, do ponto de vista de proporcionalidade, a conseguir e seja um projeto rentável, no que acredita. -----

-----Trata-se de um investimento global inicial em cerca de 38,5 milhões de euros, que incluiu obras no valor de 28,4 milhões de euros e cerca de 8,7 milhões de euros em equipamentos, até 2030.-----

-----Tal como disse na reunião alargada da comissão de saúde, um projeto destes não pode, não ser feito, é uma decisão política de seleção de prioridades e de interesses, ou seja, o dinheiro não é elástico e têm todos que assumir que o dinheiro que existe é aquele que tem que ser aplicado por prioridades fruto das opções selecionadas. -----

-----Argumentou que em termos de cuidados de saúde primários, é um projeto que vem satisfazer uma imensidão de necessidade sentidas no concelho, com a previsão de receber no centro de saúde que está planeado para a 1.<sup>a</sup> fase, até 17.500 novos utentes, já não falando de tudo o resto, por isso, estão a falar de equipamentos que vão ao encontro das necessidades, mais do que sentidas e básicas da população. -----

-----Reafirmou que tem que ser um projeto agregador e envolver as pessoas, e as diferentes sensibilidades e que os valores envolvidos têm que ser decididos com parcimónia, mas esta parcimónia está dependente das seleções e das prioridades que fazem. -----

----Assim espera que esta assembleia, aprove o que é proposto, mas que saibam todos, como seus membros, de transmitir esta vontade, e têm que demonstrar esse empenho e essa vontade em relação a estas pessoas que querem trabalhar com o município e com os torrienses, e eles, homens bons de Torres Vedras, não podem ter os mesmos erros históricos, tenham existido ou não. -----

-----A **presidente da Câmara** começou por confirmar a veracidade da questão de Torres Vedras não ter aceite a Universidade Coimbra, pois existem as atas da reunião em que os vereadores disseram textualmente que não queriam a universidade, uma grande manifestação de ignorância e falta de visão, que se congratula que não haja nesta altura, e que esta assembleia, como é visível nas palavras de todos, esteja profundamente de acordo que este é um projeto estruturante para Torres Vedras, é um projeto inovador e um projeto que interessa à Faculdade de Medicina, assumindo que é muito importante para a autarquia, mas é muito importante para eles também, o que é confortante porque lhes dá a ideia de que querem prosseguir e não são parceiros que em qualquer momento, podem abandonar o projeto. A manifestação disso é exatamente o facto de ser o professor Joaquim Ferreira, que é vice-presidente da Faculdade de Medicina de Lisboa, o coordenador do projeto e, o facto deste diretor da faculdade ter vindo logo visitar o Barro, no dia a seguir a ter tomado posse, mostra o interesse que tem no desenvolvimento deste projeto.-----

-----Assentiu que todos têm preocupações relativamente ao financiamento, 42 milhões de euros tem significado, tem peso, mas, têm que ter em conta que será um investimento faseado, primeiro começando com a Unidade de Saúde Familiar, ou seja, aquilo que é efetivamente mais necessário

e para o qual já sabem que têm uma parte do financiamento através do Programa 2030, e, paulatinamente, avançar com verbas que possam ir buscar aos fundos europeus, aos mecenas e aos associados que sejam privados. -----

----Pensa que será possível, para conseguir ter um projeto que é inovador, um projeto que é diferenciador e os colocará no mapa do “cluster da saúde”, no território e muitíssimo importante para o concelho para atrair profissionais de saúde, que é algo que necessitam, e vejam que este é o local onde podem viver e ter as melhores condições para exercer medicina assim como todas as outras áreas que confluem com a medicina e que hoje são igualmente importantes. -----

----Trata-se de um projeto com áreas multidisciplinares e o próprio professor Joaquim Ferreira fez referência às projeções conservadoras, ou seja, com valores abaixo daquilo que serão os valores das receitas, pelo que têm que ir em frente, se não começarem, não vão acabar e, concorda que para um projeto desta natureza, têm que estar todos irmanados para que as coisas possam ser feitas da melhor forma e lado a lado, com aqueles que são os parceiros no projeto.-----

----Ainda sobre este tema, pediu a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* para ressaltar um aspeto que considera muito importante para o concelho e para todos os torrienses.-----

----Desta forma, fez notar que este não é um projeto fechado para si próprio, não é uma universidade que vai criar médicos, ponto final. O Campus de Saúde Dr. José Maria Antunes é um projeto aberto à comunidade, e daí também inovador. -----

----As universidades não estão muito abertas à comunidade e este é um projeto de ensino, que está aberto à comunidade pelo que em Torres Vedras irão ter ganhos substanciais de saúde pela existência destes equipamentos, se efetivamente vão formar profissionais na área da saúde, esses mesmos profissionais, vão prestar serviços de saúde à população que de outra forma, não seriam prestados. -----

----Reforçou não ter a menor dúvida que abrir uma unidade de saúde familiar hoje, podem construir o edifício mas ficam vazios, sabem que não há médicos, sabem que é muito difícil fazer essa captação e cada vez mais, estes novos profissionais valorizam aspetos que se enquadram perfeitamente dentro aquilo que é o espírito deste projeto, a inovação e criatividade e a investigação, é nisto que os novos profissionais estão muito apostados, e o campus será definitivamente um polo de atração para estes profissionais, o que é importante, e vale, se for preciso, aquilo que é o projeto. -----

----Acrescentou que terem mais logo à partida, 18 mil torrienses com médico de família, vale metade do valor pelo que não tem qualquer pejo em dizer que o grupo municipal do PS votará a favor e também não tem qualquer dúvida em dizer que será um projeto bem-sucedido, na captação de investimento. -----

----Argumentou ainda que é uma área de negócio que presentemente no mundo está em franca

expansão, as áreas da saúde, medicina e investigação, são áreas aonde não irá nunca faltar capacidade financeira e um projeto destes inovador será, sem dúvida, um projeto atrativo para a indústria não só farmacêutica com toda a indústria na área da saúde e, portanto, aqueles dados que lhes trouxeram que foram conservadores, mas não tem a menor dúvida que são alcançados e assim felicita todo este projeto, que é um projeto, a longo prazo, não vai acontecer amanhã e tal como disse o presidente da Assembleia, têm que estar todos irmanados na persecução deste objetivo.-----

---- **A presidente da Câmara** pediu novamente a palavra para esclarecer quanto à questão sobre o art.º 36.º dos estatutos confirmando que está correto reverter para os associados fundadores o património móvel e imóvel com que hajam contribuído.-----

----Explicou que se Torres Vedras tivesse contribuído com o espaço, mantinha-se para Torres Vedras, mas Torres Vedras nem sequer contribuiu com espaço, porque só têm a sua gestão por 50 anos, que só aconteceu exatamente porque existia este projeto. Assim é importante estar assegurado que reverte para os associados fundadores o património móvel e imóvel com que hajam contribuído.-----

----Ainda sobre os estatutos alertou para o facto de terem sido feitos com muita atenção nos quais se pretendeu que haja um controlo efetivo, quer em termos técnicos e científicos, quer em termos de auditoria e nesse propósito institui o Conselho de Acompanhamento Técnico-Científico e o Conselho Consultivo Externo, destinados a aconselhar e a fiscalizar a atividade da própria associação, que lhe parece que merece referência, por mostrar que se pretende a maior transparência possível para todos aqueles que investirem no projeto.-----

----Ainda sobre este assunto a *deputada municipal Sónia Patrício*, indicou que não tinha pensado intervir, porque também esteve na reunião da comissão já referenciada e ficou esclarecida, mas não consegue não manifestar entusiasmo até porque, além deputada municipal, é profissional de saúde, e de tudo aquilo que já foi elogiado relativamente ao Campus de Saúde queria destacar o facto de ser mesmo muito diferenciador relativamente a tudo o que existe em Portugal, ou seja é uma mudança de paradigma da medicina tradicional, é caminhar para um paradigma muito diferente no tratamento e na prevenção da doença, considerando que para Torres Vedras é, de facto, muito bom e com uma projeção muito grande.-----

----Pediu novamente a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* para transmitir as palavras do colega Marco Branco, que não estava presente, mas estava a seguir a sessão pela transmissão em direto e diz o seguinte: “Eu apoio inteiramente a este projeto. Desejo muito ter saúde para ver o nascer e crescer. Parabéns.”-----

----Frisou que esta intervenção ia no sentido de lhe desejar a saúde, que estão à espera dele e que o projeto vai lá estar à espera dele, para ele ver.-----

-----Não se registando mais nenhuma intervenção o presidente da Mesa colocou à votação o assunto em análise.-----

-----Atento o disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos números 1 e 2 do art.º 53.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação do Município de Torres Vedras na constituição da Associação de Direito Privado denominada Campus de Saúde Dr. José Maria Antunes Júnior, tendo por base o Plano Estratégico e Análise de Sustentabilidade e o Projeto de Estatutos que fazem parte integrante do processo.-----

**5 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SEGUINTE EMPRÉSTIMOS:**-----

**5.1 - PROPOSTA N.º 26/CM/2024 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SARGE, ATÉ AO MONTANTE DE € 4.300.000,00:**-----

-----Presente ofício número 4820, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada em sua reunião de 30/07/2024, foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento das obras em título, e nesse sentido o executivo em sua reunião de 10/09/2024, tendo presentes as propostas recebidas e que cumprem os requisitos solicitados pela autarquia, deliberou, por unanimidade, selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses e nessa sequência remete o processo para a devida autorização, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, e tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), o mesmo terá que ser obrigatoriamente submetido a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º do RFALEI.-----

-----O **presidente da Mesa** informou que fariam discussão conjunta dos três empréstimos em agenda, mas a votação seria feita individualmente e deu a palavra à presidente da Câmara em conformidade.-----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que os 2 primeiros são para as escolas e o terceiro para o centro de saúde, um financiado em PRR e os outros no 2030 ou seja, parte destes empréstimos serão depois para abater, porque parte do financiamento estará nesses programas. Acrescentou que são excecionados, ou seja, não contam para o limite de endividamento da Câmara Municipal.

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea f), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, ambas na sua atual

redação, e ainda conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º deste mesmo diploma, tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do investimento e autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, para financiamento da construção da Escola Básica do Sarge, até ao montante de € 4.300.000,00, à Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses.-----

**5.2 - PROPOSTA N.º 25/CM/2024 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE A-DOS-CUNHADOS, ATÉ AO MONTANTE DE € 7.200.000,00;**-----

-----Presente ofício número 4822, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada em sua reunião de 30/07/2024, foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento das obras em título, e nesse sentido o executivo em sua reunião de 10/09/2024, tendo presentes as propostas recebidas e que cumprem os requisitos solicitados pela autarquia, deliberou, por unanimidade, selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses e nessa sequência remete o processo para a devida autorização, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, e tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), o mesmo terá que ser obrigatoriamente submetido a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º do RFALEI.-----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea f), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, ambas na sua atual redação, e ainda conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º deste mesmo diploma, tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do investimento e autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, para financiamento da construção da Escola Básica de A-dos-Cunhados, até ao montante de € 7.200.000,00, à Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses.-----

**5.3 - PROPOSTA N.º 26/CM/2024 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA**

**FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE RUNA, ATÉ AO MONTANTE DE € 750.000,00;** -----

-----Presente ofício número 4821, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada em sua reunião de 30/07/2024, foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento das obras em título, e nesse sentido o executivo em sua reunião de 10/09/2024, tendo presentes as propostas recebidas e que cumprem os requisitos solicitados pela autarquia, deliberou, por unanimidade, selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses e nessa sequência remete o processo para a devida autorização, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, e tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), o mesmo terá que ser obrigatoriamente submetido a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º do RFALEI. -----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea f), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3/09, ambas na sua atual redação, e ainda conforme estipulado no n.º 2 do art.º 51.º deste mesmo diploma, tendo em consideração que investimento em questão terá um custo superior a 10% do valor das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (€ 17.146.559,00), deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do investimento e autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, para financiamento da construção da Unidade de Saúde de Runa, até ao montante de € 750.000,00, à Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 0,34% a somar à Euribor a 6 meses. -----

**6 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:** -----

**6.1 - PROPOSTA N.º 27/CM/2024 - EMPREITADA PARA A REQUALIFICAÇÃO DA EM 555-3 LIGAÇÃO VARATOJO/VENTOSA – CONCURSO PÚBLICO – PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO € 600.000,00 + IVA:**-----

-----Presente ofício número 4669, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a remeter a informação n.º 36/E/2024 da secção de aquisição de bens e serviços, referente ao procedimento em título para autorização da repartição de encargos, em cumprimento da deliberação do executivo, tomada por unanimidade, na sua reunião de 27/08/2024. -----

-----O **presidente da Mesa** fez uma breve apresentação das duas autorizações solicitadas, tendo a presidente da Câmara considerado a mesma, suficientemente elucidativa, para o plenário se

manifestar. -----

---- Não se registando intervenções e presidente da mesa submeteu á votação o assunto. -----

---- Em cumprimento do disposto do n.º 1, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos plurianuais nos termos da informação n.º 36/E/2024 da secção de aquisição de bens e serviços, que faz parte integrante do processo, referente ao procedimento da “Empreitada para a requalificação da EM 555-3, ligação Varatojo/Ventosa”, por concurso público, com o preço base de € 600.000,00. -----

---- **6.2 - PROPOSTA N.º 28/CM/2024 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DE MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO € 1.409.057,33 + IVA** -----

---- Presente ofício número 4823, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12/09/2024, a remeter de conformidade com o deliberado por unanimidade pelo executivo, na sua reunião de 10/09/2024, a informação n.º 319/2024 da secção de aquisição de bens e serviços referente ao procedimento em título para: a) Autorização dos encargos plurianuais, para os anos económicos de 2025, 2026 e 2027, previstos na referida informação, bem como a autorização para que, sem ultrapassar o valor contratado, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais em função dos consumos verificados, autorizando que os saldos dos compromissos, resultantes da execução do contrato, acresçam aos compromissos dos anos seguintes; e b) Emissão da autorização para que se exceção da aplicação do disposto na alínea b) no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a adjudicação do presente procedimento, conforme previsto no n.º 7 do citado artigo 22.º, considerando que se prevê que a adjudicação ocorra nos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, que se trata de um contrato imprescindível para o funcionamento do Município, e não é possível verificar a condição mencionada na referida alínea b) do n.º 3. -----

---- Em cumprimento do disposto no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade autorizar** os encargos plurianuais, para os anos económicos de 2025, 2026 e 2027, previstos na informação n.º 319/2024 da secção de aquisição de bens e serviços, bem como a autorização para que, sem ultrapassar o valor contratado, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais em função dos consumos verificados, autorizando que os saldos dos compromissos, resultantes da execução do contrato, acresçam aos compromissos dos anos seguintes, referente ao concurso público com publicação de anúncio no JOUE, para fornecimento de energia elétrica para as instalações de média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do Município de Torres Vedras, com o preço base € 1.409.057,33 + IVA. -----

-----**Deliberou ainda autorizar** que se excecione da aplicação do disposto na alínea b) no n.º 3 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a adjudicação do presente procedimento, conforme previsto no n.º 7 do citado art.º 22.º, considerando que se prevê que a adjudicação ocorra nos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, que se trata de um contrato imprescindível para o funcionamento do município, e não é possível verificar a condição mencionada na referida alínea b) do n.º 3.-----

## **7 – APRECIACÃO DAS ALTERAÇÕES POR ADAPTAÇÃO PARA INCORPORAÇÃO DAS NORMAS DO PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES (PGRI) DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE DOS SEGUINTE PLANOS:**-----

-----O **presidente da Mesa** deu nota que prevê o Regime Jurídico de Gestão Territorial, que a assembleia municipal aprecie as alterações por adaptação deste conjunto de planos ao plano de gestão de riscos de inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, e deu a palavra ao plenário para fazerem uma análise conjunta dos cinco planos.-----

-----Iniciou a apreciação do assunto, o deputado municipal **António João Bastos** alertando que esta questão da adaptação é fundamental para a revisão do PDM que está em curso e tem que estar incluída, ou seja, sem estar resolvida a equipa técnica nunca conseguiria finalizar as cartas, revendo plano. -----

-----Anotou que o PSD não irá levantar problemas sobre esta matéria, tanto mais que as zonas de cheia foram delimitadas pela toda poderosa Agência Portuguesa do Ambiente e é um facto consumado, mas, da análise que fez, constatou que a marcação de cheia tem alguns erros, e deu o exemplo de dois casos em Torres Vedras, assim: -----

-----1 - A rotunda em frente ao viaduto do caminho de ferro na corredora, ao pé do Mercado, que todos sabem que é das zonas mais baixas da cidade, e quando foi a cheia de 1983, teve 2 metros de água, mas na carta não tem risco de cheia, mas chega quase ao Império; e -----

----- 2 - No campo do Torriense, o relvado tem 3 áreas diferentes, uma parte sem risco, que é quando se entra pela bancada por detrás da baliza, depois uma parte com baixo risco e outra parte já lá junto à bancada, junto ao rio já, que já é de alto risco. -----

-----Disse que nunca tinha reparado que o relvado era inclinado e fica o reparo. -----

-----Continuando a sua apreciação, alertou que também tinham que olhar com muito cuidado para a situação do quartel dos bombeiros, pois na cartografia que lhes foi facultada está em área suscetível de cheia embora com baixo risco, mas a semana passada assistiram na televisão a imagens assustadoras das cheias no centro da Europa, de dimensão realmente imprevisível.-----

-----Nessa sequência soube pelo presidente de junta da cidade David Lopes que todas as entidades públicas localizadas em leitos de cheia, têm que elaborar um plano de emergência e que vão existir apoios para a realização desses planos, o que acha bem principalmente no caso

dos bombeiros, porque é fundamental que estejam operacionais durante uma cheia. -----

-----Para dar continuidade à intervenção anterior, e porque foi um assunto debatido na Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, lembrou que para além dos bombeiros, a PSP a GNR e a sede da junta de freguesia, localizados naquela zona, são organismos que de alguma forma intervirão necessariamente nestas atividades. -----

-----Neste pressuposto considera importante prever um plano B, quando isto acontecer e também ter em atenção em obras novas que venham a ser feitas, não serem colocadas infraestruturas que possam ser limitantes na resposta às emergências. -----

#### **7.1 - PROPOSTA N.º 29/CM/2024 - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício número 4658, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a dar conhecimento que a câmara municipal, em sua reunião de 27/08/2024, deliberou, por unanimidade, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do regime jurídico de gestão territorial (RJGT), a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04, para incorporação das normas que estabelecem o regime de proteção e salvaguarda em áreas de risco potencial significativo de inundações, alteração essa que se consubstancia em alterações ao regulamento e à planta de Ordenamento e transmitir a referida deliberação à assembleia municipal e à CCRDLVT, nos termos do n.º 4 do art.º 121º do RJGT. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que a câmara municipal, deliberou, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do RJGT, a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04.-----

#### **7.2 - PROPOSTA N.º 30/CM/2024 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício número 4662, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a dar conhecimento que nos termos do n.º 4, do art.º 121.º, do Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT) que, a câmara municipal, em sua reunião de 27/08/2024, deliberou, por unanimidade, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do citado Regime, a alteração por adaptação do Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04, para incorporação das normas que estabelecem o regime de proteção e salvaguarda em áreas de risco potencial significativo de inundações, alteração essa que se consubstancia em alterações ao Regulamento e à Planta de Zonamento e transmitir a referida deliberação à assembleia municipal e à CCRDLVT, nos termos do n.º 4 do

artigo 121.º do RJIGT. -----  
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que câmara municipal, deliberou aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do RJIGT, a alteração por adaptação do Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04.-----

**7.3 - PROPOSTA N.º 31/CM/2024 - PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE APTIDÃO TURÍSTICA DA MACEIRA E ÁREA ENVOLVENTE;** -----

-----Presente ofício número 4661, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28/08/2024, a dar conhecimento que nos termos do n.º 4, do art.º 121.º, do Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que, a câmara municipal, em sua reunião de 27/08/2024, deliberou, por unanimidade, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do citado Regime, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04, para incorporação das normas que estabelecem o regime de proteção e salvaguarda em áreas de risco potencial significativo de inundações, alteração essa que se consubstancia em alterações ao Regulamento e à Planta de Implantação, e transmitir a referida deliberação à assembleia municipal e à CCRDLVT, nos termos do n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que a câmara municipal, deliberou, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do RJIGT, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04.-----

**7.4 - PROPOSTA N.º 32/CM/2024 - PLANO DE PORMENOR DO CHOUPAL E ÁREAS ENVOLVENTES;** -----

-----Presente ofício número 4660 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28/08/2024 a dar conhecimento, nos termos do n.º 4, do art.º 121.º, do Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que, a câmara municipal, em sua reunião de 27/08/2024, deliberou, por unanimidade, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do citado Regime, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04, para incorporação das normas que estabelecem o regime de proteção e salvaguarda em áreas de risco potencial significativo de inundações, alteração essa que se consubstancia em alterações ao Regulamento e à Planta de Implantação e

transmitir a referida deliberação à assembleia municipal e à CCRDLVT, nos termos do n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que a câmara municipal, deliberou, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do RJIGT, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04.-----

**7.5 - PROPOSTA N.º 33/CM/2024 - PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício 4569 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a dar conhecimento que nos termos do n.º 4, do art.º 121.º, do Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que, a câmara municipal, em sua reunião de 27/08/2024, deliberou, por unanimidade, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do citado Regime, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04, para incorporação das normas que estabelecem o regime de proteção e salvaguarda em áreas de risco potencial significativo de inundações, alteração essa que se consubstancia em alterações ao Regulamento e à Planta de Implantação e transmitir a referida deliberação à assembleia municipal e à CCRDLVT, nos termos do n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que a câmara municipal, deliberou, aprovar, por declaração, nos termos dos artigos 118.º e 121.º, do RJIGT, a alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Tejo e Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22/04.-----

**8 - PROPOSTA N.º 34/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA;**-----

-----Presente ofício número 4218, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 02/08/2024, a dar conhecimento que, a câmara, na sua reunião ordinária realizada em 30/07/2024, tomou conhecimento que decorrido o período de discussão pública, para recolha de sugestões/reclamações/recomendações, referentes à proposta de alteração ao plano em epígrafe, para instalação da Unidade de Saúde de A-dos-Cunhados e Maceira, não foram rececionadas quaisquer sugestões ou reclamações, remetendo o processo para aprovação. -----

-----O **presidente da assembleia** disse que se tratava apenas de autorizar uma alteração do

plano diretor municipal para permitir a instalação em causa e deu a palavra ao plenário.-----

-----O *deputado municipal João Paulo Reis* anunciou que o PSD votaria a favor desta alteração do PDM, porque reconhece a necessidade da criação desta unidade de saúde, mas comentou que vai haver uma alteração de zona florestal, ou seja, tinham um ginásio que estava implantado e a funcionar numa zona florestal, que é no mínimo estranho. -----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal conforme estatuído no n.º 1, do art.º 90.º, do RJIGT deliberou, por unanimidade aprovar a alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para instalação da unidade de saúde de A-dos-Cunhados e Maceira.-----

**9 - PROPOSTA N.º 35/CM/2024 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROCESSO CT/396/2024 – ADEGA MÃE, SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA. PARA AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – ESTRADA MUNICIPAL N.º 554 – FERNANDINHO – FREGUESIA DE VENTOSA:**-----

-----Presente ofício número 4219, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 02/08/2024, a dar conhecimento que a câmara, na sua reunião ordinária realizada em 30/07/2024, deliberou, por unanimidade, considerar de interesse municipal, a ampliação do edifício da Adega Mãe, destinado à produção de vinhos comuns e licorosos, para uma área a instalar ao nível do piso superior do edifício, com vista a um espaço de animação turística complementar, diretamente relacionado com a promoção da adega e da atividade vitivinícola, uma vez que a intervenção é técnica e economicamente justificável e corresponde a um investimento estratégico para o município. -----

-----O *presidente da mesa* explicitou que a ratificação em causa se refere a um processo em que já anteriormente já foi dado um interesse municipal para a construção e ampliação e agora é para uma nova ampliação e pede-se novamente o interesse municipal para que possa ser feita. -----

----- O *deputado municipal João Paulo Reis* declarou que o PSD vai também votar a favor desta proposta, porque reconhece nesta entidade um valor acrescentado para o concelho, tanto a nível de criação de riqueza e de emprego, assim como promoção do concelho no setor da vinha e também no setor gastronómico, além Torres Vedras e em Portugal. -----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação:-----

-----Atento o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 130.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade ratificar a declaração de interesse público municipal do processo CT/396/2024 – Adega Mãe, Sociedade Agrícola, Lda. para ampliação de edifício – Estrada Municipal n.º 554 – Fernandinho – Freguesia de Ventosa.-----

**10 - AUTORIZAÇÃO DE DESAFETAÇÕES PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DAS SEGUINTE PARCELAS:**-----

-----Para fazer uma breve introdução conjunta, foi dada a palavra à *presidente da Câmara* que

deu nota que as desafetações do domínio municipal em causa vêm na sequência da regularização do património que estão a fazer, no caso para os espaços correspondentes à escola da Boavista, Silveira, do jardim de infância da Conquinha e do café Xeirinho. -----

-----Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, passou-se à votação individual de cada desafetação: -----

**10.1 - PROPOSTA N.º 36/CM/2024 - PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1.345, 00 M<sup>2</sup> - JARDIM DE INFÂNCIA DA CONQUINHA II:**-----

-----Presente ofício número 4666, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024 a propor de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 27/08/2024, que a assembleia municipal autorize a desafetação para o domínio privado, de uma parcela de terreno com 1.345,00m<sup>2</sup>, cedida pelo alvará de loteamento n.º 01/95, descrito e registado na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o número 2879 da freguesia de S. Pedro, sendo que atualmente o Jardim de Infância da Coquinha II se encontra inscrito na matriz sob art.º 9034, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com o valor patrimonial de € 699.432,93, valor que se atribui ao mesmo para efeitos de desafetação. -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a desafetação para o domínio privado, de uma parcela de terreno com 1.345,00m<sup>2</sup>, cedida pelo alvará de loteamento n.º 01/95, descrito e registado na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o número 2879 da Freguesia de S. Pedro, sendo que atualmente o Jardim de Infância da Coquinha II se encontra inscrito na matriz sob art.º 9034, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com o valor patrimonial de € 699.432,93. -----

**10.2 - PROPOSTA N.º 37/CM/2024 - PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1.383,00 M<sup>2</sup> - JARDIM DE INFÂNCIA DA BOAVISTA – SILVEIRA:**-----

-----Presente ofício número 4665, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a propor de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 27/08/2024, que a assembleia municipal autorize a desafetação para o domínio privado de uma parcela de terreno com a área de 1.383,00m<sup>2</sup>, onde se encontra implantado o Jardim de Infância da Boavista, cedida pelo alvará de loteamento n.º 18/2003, que se encontra inscrito na matriz sob art.º 9049, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com o valor patrimonial de € 176.317,20, valor que se atribui ao mesmo, para efeitos de desafetação. -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a desafetação para o domínio privado de uma parcela de terreno com a área de 1.383,00m<sup>2</sup>, onde se encontra implantado o Jardim de Infância da Boavista, cedida pelo alvará de loteamento n.º

18/2003, sendo que atualmente o Jardim de Infância da Boavista se encontra inscrito na matriz sob art.º 9049, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, com o valor patrimonial de € 176.317,20, valor que se atribui ao mesmo, para efeitos de desafetação. -----

**10.3 - PROPOSTA N.º 38/CM/2024 - PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 514,00 M² NO PARQUE DO CHOUPAL:** -----

-----Presente ofício número 4667, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024 a propor de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 27/08/2024, que a assembleia municipal autorize a desafetação para o domínio privado, de uma parcela de terreno com a área de 514,00 m², onde foi recolocado o “Café Xeirinho” no parque do Choupal em 16/12/2015, e que confronta a norte com arruamento e a poente, nascente e sul com o Parque do Choupal, à qual foi atribuído o valor de € 122.000,00, a fim de ser efetuada a regularização patrimonial da mesma. -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a desafetação para o domínio privado, de uma parcela de terreno com a área de 514,00 m², onde foi recolocado o “Café Xeirinho” no parque do Choupal em 16/12/2015, e que confronta a norte com arruamento e a poente, nascente e sul com o Parque do Choupal, à qual foi atribuído o valor de € 122.000,00, a fim de ser efetuada a regularização patrimonial da mesma. -----

**11 - PROPOSTA N.º 39/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE TORRES VEDRAS:** -----

-----Presente ofício número 4824, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/09/2024 a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo por unanimidade em sua reunião de 10/09/2024, o plano em título para apreciação e aprovação. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que este é um plano extenso que ficou quase pronto em 2022, teve consulta pública que decorreu de 21/12/2022 a 2/02/2023, pareceres favoráveis da Comissão Municipal de Proteção Civil e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Findas as consultas o documento foi atualizado e adequado à nova orgânica e incluídas algumas sugestões da ANECP, mais concretamente incluir o comando sub-regional. É um plano que por um lado, inventaria os riscos existentes, mas também as entidades que são prestadoras de socorro no território e ainda como devem ser acionados os meios quando necessário para um dos diferentes cenários, em termos de catástrofe, ou de alteração relativamente àquilo que seria habitual em termos da ordem pública, e da sua coordenação. -----

-----Em complemento, *o presidente da Assembleia, José Correia*, acrescentou que estes planos são muito bem elaborados e sabe-se que por causa dos incêndios recentes que ocorreram em alguns sítios, foram ativados os planos de emergência municipais e que foram os elementos que

continham que permitiram, pela troca de informação, que todos os agentes envolvidos saibam coordenar e o quem fazer exatamente, o que é muito importante. -----

-----Mostrando-se o plenário devidamente esclarecido, passou-se à votação:-----

-----Tendo presente a sua competência, prevista alínea g) do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o plano municipal de emergência de proteção civil de Torres Vedras.-----

**12 - PROPOSTA N.º 40/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA SEGURANÇA+LOCAL – BOLSAS PARA O CURSO DE NADADORES-SALVADORES DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 4668 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2024, a remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 27/08/2024, a proposta de regulamento em título, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação e aprovação. -----

-----No uso da palavra a **presidente da Câmara** explicou que a proposta de regulamento em discussão é para um programa que já está em curso há 2 anos, com bons resultados, sobretudo no corrente ano, para a apoiar a formação de nadadores-salvadores no território, com as condicionantes de serem do concelho e de ficarem depois a trabalhar na costa torriense durante o verão.-----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* disse da leitura que fez ficou sem perceber se as bolsas atribuídas no âmbito do presente regulamento são para o curso já feito ou ainda para a fazer, e se o valor comparticipa o curso na sua totalidade, tendo a **presidente da Câmara** informado comparticipa a 100% e que o município decidirá anualmente o número de bolsas e o valor correspondente. -----

-----De novo no uso da palavra a *deputada municipal Ana Fiéis* mostrou-se esclarecida e disse que o Grupo Municipal do PSD votaria favoravelmente. -----

-----De seguida, passou-se votação:-----

-----A Assembleia Municipal em cumprimento da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento do programa segurança+local – bolsas para o curso de nadadores-salvadores do concelho de Torres Vedras.-----

**Aditamento:**-----

**PROPOSTA N.º 41/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA PLATAFORMA DE AÇÃO CLIMÁTICA DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 5265, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 24/09/2024, a dar conhecimento que o executivo câmara em sua reunião de 24/09/2024, deliberou por unanimidade

submeter à aprovação deste órgão a proposta em título e tendo em conta a urgência nesta aprovação, solicitou a inclusão na ordem de trabalhos. -----

----A **presidente da Câmara** referiu que a plataforma em título, resulta de uma candidatura que o município viu aprovada promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian através do seu Programa de Sustentabilidade e que vai permitir uma melhor interação com a comunidade, porque vai funcionar sensivelmente como se fosse um orçamento participativo verde, ou seja, em que as pessoas poderão fazer propostas no âmbito da sustentabilidade, e que sejam para a comunidade.

----Acrescentou que o regulamento em discussão define as normas de funcionamento e participação na Plataforma de Ação Climática de Torres Vedras, ou seja, os destinatários, a dotação financeira e a sua calendarização, assim como o financiamento máximo a atribuir a cada projeto. Esta é uma plataforma que é bastante interessante, e que os que satisfaz que tenha sido aprovada, sendo que foram aprovados 11 projetos entre 360 candidaturas, tendo Torres Vedras tido o privilégio de ter sido um deles, uma vez que a mesma permite levar em frente esta ambição que já havia de fazer um orçamento participativo que tivesse a ver exatamente com as questões da sustentabilidade.-----

----A **deputada municipal Ana Fiéis**, começou por dar nota que tinha estado à tarde no Conselho Municipal da Ação Climática, onde foi feita apresentação da plataforma em causa.-----

----Assim, congratulou o trabalho do município e dos seus técnicos, considerando relevante terem feito a candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian e de ter sido selecionada. É extremamente profícuo os cidadãos torrienses poderem dar contributos e apresentarem desafios e terem uma participação ativa nestas questões que são cada vez mais prementes. -----

----Aproveitou o tema para dar nota que na citada reunião do conselho foi apresentado pelo representante da Fundação uma “viagem pelo clima” assim como 2 calculadoras de “pegada de carbono”, que acha importante fazer referência na Assembleia, tendo em conta a transmissão on-line que é feita da sessão, e seria importante divulgar estas 2 calculadoras, denominadas “Get to zero for people” e “Get PMES”, e que lhes permite, colocando no Google estas indicações, poder calcular a pegada de carbono de cada um, enquanto cidadãos do município e também as empresas o podem fazer. -----

----Concretamente no que se refere ao regulamento questionou se, por exemplo, uma turma do secundário quiser apresentar um projeto na plataforma, como é que é formalizado nos termos do art.º 20.-----

----Finalizando e a propósito da redução da pegada de carbono, deixou à consideração da câmara ter demorado de carro 40 minutos, do centro da cidade (café Imperio) até ao OK China, passar no hospital de Torres Vedras e voltar para trás. -----

----A **deputada municipal Ana Teresa Carvalho** interveio no sentido de manifestar o seu agrado

com a candidatura, ideia que achou boa e será sobretudo para promoverem e conseguirem que nos próximos anos, os €30.000,00 passem a valores superiores, porque esta verba comparada com algumas das candidaturas do orçamento participativo que recaem apenas numa entidade, de facto, é um valor aquém, porque vai ser distribuído por 5 ou 6 projetos.-----

-----Em relação ao art.º 20 dos estatutos, no que se refere à formalização dos contratos entre o município e os beneficiários, pelo que percebeu, se forem jovens, terão dificuldade em fazer candidatura, o que não faz sentido, porque era bom que pudesse ser acessível a grupos de jovens informais, mesmo que tivessem que ser liderados por algum adulto.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal Artur Narciso* lembrou que já no passado parabenizou a autarquia por todo o trabalho realizado neste âmbito e agora era importante reforçar os impactos deste regulamento.-----

-----Assim, deu nota que o regulamento da Plataforma de Ação Climática em Torres Vedras tem, de facto, um impacto crucial no futuro do município, pois o mesmo define um plano estratégico para lidar com as alterações climáticas, colocando-o na vanguarda da ação climática e nesse propósito era importante mencionar os principais impactos: priorização da ação climática; mobilização da comunidade; financiamento estratégico para essas mesmas ações; gestão eficaz e transparente com definição dos mecanismos para fazer monitorização e avaliação dos projetos financeiros; adaptação e resiliência e construção de um futuro sustentável.-----

-----Não se registando mais intervenções, o presidente da mesa submeteu o ponto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de regulamento da Plataforma de Ação Climática de Torres Vedras.-----

### **13 - PROPOSTA N.º 25/AM/2024 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES;**-----

-----Relativamente a este ponto o *presidente da mesa*, deu nota que apenas havia a salientar está a ser organizada uma sessão temática sobre da saúde que será no dia 26 de outubro, com início às 15 horas naquele mesmo espaço.-----

### **Comissão Permanente de Saúde:**-----

-----Em complemento o *Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Rui Prudêncio* solicitou a todos os membros da Assembleia que se tiverem conhecimento de alguém que queira estar presente façam chegar o contacto para ser enviado convite, embora seja um evento aberto à população e haverá um espaço destinado a intervenções do público.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **14 - PROPOSTA N.º 26/AM/2024 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**---

-----Presente informação em título datada de 20/09/2024, reportada ao período entre 01/06/2024 e

31/08/2024 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 12.153.727,56 e € 415.551,99 de dívidas a fornecedores.-----

----O presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **José Damas Antunes** disse que na freguesia que preside tem muitos atravessamos de ligações de água ou de saneamento, o que por um lado é bom, é sinal que há desenvolvimento, mas o que se passa é que os meses vão passando e os cortes mantêm-se e hoje com as chuvas registadas no dia anterior, alguns já estão péssimos. -----

----No seu entender há que alterar o modo como estas obras são feitas, e se calhar um dos caminhos seria delegar essa competência na freguesia como tem a freguesia vizinha e onde raramente há situações que demorem meses, porque é a freguesia que faz isso, embora não esteja a dizer que tem que ser esse o caminho, mas há que encontrar uma solução para mais rapidamente fazer essas intervenções e diminuir o tempo em que aqueles cortes são efetuados, achando é algo que os serviços municipalizados têm que fazer com mais celeridade. -----

----Mudando de assunto, deu nota que não esteve em Santa Cruz no “Sempre Living Opera”, onde não terão estado alguns milhares de pessoas de Torres Vedras, mas a sua intervenção vai no sentido de questionar quanto ao critério do apoio e ao resultado da doação. -----

----Nesta sequência lembrou que têm centenas de festas nas aldeias das freguesias do concelho, que proporcionalmente arriscam muito mais do que foi ali arriscado e que são organizadas, muitas delas por entidades sem fins lucrativos, mas algumas de entidades privadas também, em que, normalmente, o lucro é superior aquele que foi apresentado neste evento e que em muitos desses casos também são para atribuir a entidades de fins especiais. -----

----Deste modo perguntou se no futuro podem começar a contar com o apoio financeiro da Câmara, uma questão que quem está nas organizações das festas legitimamente tem que fazer. -

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**-----

**14 .1 - PROPOSTA N.º 27/AM/2024 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021);**-----

----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

----Ofício número 3071 de 03/07/2024 – deliberação de 02/07/2024; ofício número 3681, de 17/07/2024, deliberação de 16/07/2024; ofício número 4220, de 02/08/2024 deliberação de 30/07/2024; ofício número 4664, de 28/08/2024, deliberação de 27/08/2024 e ofício número 4828

de 12/09/2024, deliberação de 10/09/2024. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**14.2 - PROPOSTA N.º 28/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021);** -----

----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

----Ofício número 3072 de 03/07/2024 – deliberação de 02/07/2024:-----

----Freguesia da Ponte do Rol - - € 10.000,00 para manutenção de máquinas e intervenções em caminhos vicinais-----

----Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 15.000,00 para manutenção de máquinas e intervenções em caminhos vicinais ------

----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 55.000,00 para Parque Verde de Carmões (€ 50.000,00 – 2.ª tranche) e para o projeto psicologia nas escolas (€5.000,00);-----

----União das Freguesias de Dois Portos e Runa - € 6.000,00 para aquisição de propriedade onde se encontra a Associação do Outeiro da Zibreira, e respetivas despesas com registo e escritura. --

----Freguesia de Turcifal - € 23.500,00 para despesas com inauguração da nova sede da Junta de Freguesia (€ 7.500,00) e para aquisição de mobiliário urbano para parque de lazer na localidade de Turcifal (€ 16.000,00) -----

----Ofício número 4663, de 28/08/2024, deliberação de 27/08/2024.-----

----União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 30.000,00 para aquisição de uma viatura ligeira de 9 lugares para transporte de crianças e jovens, e -----

----Freguesia do Turcifal – € 30.000,00 para aquisição de uma viatura ligeira de 9 lugares para transporte de crianças e jovens.-----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**15 - PROPOSTA N.º 29/AM/2024 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES.**-----

----O **presidente da Mesa**, anunciou que iria ler todas as propostas contidas neste ponto e começaria por um voto que tinha sido entregue no decurso dos trabalhos, assinado por um conjunto vasto de deputados de diferentes grupos municipais, que se transcreve na íntegra:-----

**VOTO PESAR E SOLIDARIEDADE AOS POVOS PALESTINIANO E ISRAELITA:**-----

----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras manifesta o seu pesar e solidariedade para com os povos palestino e israelita, condenando expressamente toda a violência que assola o meio oriente, em particular os territórios da Palestina e de Israel. Este nível de violência tem vindo a dificultar o papel da diplomacia e do diálogo na resolução do conflito israelo-palestino. De acordo com o quadro do Direito Internacional Humanitário, vem esta Assembleia repudiar a escalada do conflito na região do Médio Oriente da qual resultam milhares de vítimas civis,

causadas por uma guerra que ninguém entende.-----

-----A Assembleia Municipal, manifesta o mais profundo pesar pelas vítimas do conflito, assim como por todas as que venham a verificar-se, extensível a todos os amigos e familiares nossos concidadãos que, direta ou indiretamente, estão a sofrer com as notícias da guerra. Em linha com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, manifesta o seu expresso desejo de que possa ser brevemente encetado um caminho para a resolução pacífica deste conflito em conformidade com o direito à autodeterminação dos povos palestino e à existência pacífica do estado de Israel. -----

-----Torres Vedras, 25 de setembro de 2024.”-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário, explicou que os votos de pesar estão regimentalmente previstos no art.º 42.º, considerando aceitável este voto, por muito altere um pouco um acordo que fizeram no início do mandato de não se fazerem votos que transcendesse a intervenção e competência territorial do concelho de Torres Vedras. -----

-----Pedi para usar da palavra o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* anunciando que eventualmente também teria assinado o voto em discussão, presumindo que o mesmo foi uma reação do deputado municipal Rui Prudêncio, ao voto apresentado pelo PCP, que não o invalida, mas que podia ter sido retirado. Este voto é mais abrangente, pelo que o PSD se revê genericamente no mesmo.-----

-----O **presidente da Mesa** informou que não podiam retirar o voto e devolveu a palavra ao plenário.-----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* fez notar que o PCP manifesta sempre o pesar pelas vítimas civis, sejam elas que nacionalidade forem, contudo, não podem deixar de salientar aquilo que consideram de alguma verdadeira hipocrisia política que é pôr em pé de igualdade as mortes de um atentado terrorista condenável e que vivamente condenam, em que faleceram cerca de mil pessoas com o genocídio e a destruição perpetrada por um país invasor e ocupante como é Israel em relação aos territórios da Palestina. -----

-----Também quis deixar registado que Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou recentemente uma resolução em que diz expressamente que a presença contínua de Israel no território palestino ocupado é ilegal, mas diz mais, diz que Israel tem a obrigação de reparar os danos causados a todas as pessoas singulares ou coletivas afetadas no território palestino ocupado, e diz muito mais, mas seria extensivo e gastaria demasiado tempo para a estar a recordar. -----

-----Nesta senda recordou apenas que o número de palestinos mortos pela invasão do território palestino por Israel, ascende a mais de 43 mil e mais de 15.000 são crianças e bebés. Há uma diferença substancial. -----

-----Iguualmente recordou que os atuais dirigentes de Israel se arrogam no direito de não obedecer ao direito internacional, de não obedecer às decisões do Tribunal Internacional de Justiça, nem às resoluções da ONU, o que é particularmente grave.-----

-----Apesar de considerarem que o mais correto seria apresentar 2 votos distintos, irão votar favoravelmente este voto.-----

-----O *deputado municipal **Pedro Castelo*** deu nota que subscreveu sem qualquer hesitação o voto em apreço e vai votar a favor, mas tendo que dizer ao deputado municipal que o antecedeu que têm que ser coerentes com o que dizem e aquilo que afirmam e principalmente aquilo que defendem. Quando defendem certos princípios e quando condenam certas invasões, têm sempre de se lembrar o que se passa na Ucrânia, à cerca de quase 3 anos e não se lembra de uma única vez nesta Assembleia Municipal, de o Partido Comunista Português ter apresentado um voto contra a invasão da Ucrânia pela Rússia.-----

-----Acrescentou que quando falam em massacres, lembra-se de Bucha e lembra-se de Mariupol e outras cidades ucranianas e também não se lembra de nenhum voto de pesar por estas vítimas, portanto, associa-se a este voto de pesar sem qualquer tipo de problema. É importante terem na memória como é que isto tudo começou a 7/10/2023, com uma invasão de um Estado soberano por uma organização terrorista em que houve 1700 mortes nesse dia, 250 pessoas feitas reféns e atrocidades de cariz sexual feitas contra muitas mulheres israelitas, o que não pode ser esquecido.-----

-----O *deputado Municipal **Rui Prudêncio*** defendeu que ao apresentarem este voto, para eles, uma vitima não tem país, não há mortes de primeira e de segunda. Aqui, as vítimas não têm nacionalidade, tanto vale uma vítima do lado direito, como uma vítima do lado esquerdo, e o sofrimento é igual em ambos e quando, por alguma razão, querem dar a entender que há sofrimentos que valem mais do que outros, então aquela guerra nunca terá solução e é contra isso que apresentaram este texto.-----

-----Reafirmou que as vítimas são todas iguais, falam todas a mesma língua e, infelizmente, os mortos, não falam e é isso que querem deixar hoje ao plenário.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal **Rui Estrela*** fez notar que, embora não tivesse sido dado a subscrever este voto ao UTV, pelo menos da sua parte, está sensível a uma votação favorável, apenas sugerindo a quem o elaborou que ao dia de hoje há civis mortos no Líbano pela mesma guerra e, portanto, incluiria esses civis também, porque não são diferentes dos outros.-----

-----Concluídas as intervenções, o ***presidente da mesa***, voltou a lembrar que só pela sua excecionalidade aceitou a inclusão deste voto, e colocou o mesmo à votação.-----

-----A Assembleia municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o voto de pesar e solidariedade aos povos palestino e israelita.-----

-----Anota-se que se abstiveram Humberto Gomes e Margarida Jesus.-----

**VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINIANO:**-----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras, manifesta o seu pesar e solidariedade ao povo palestino pelo sofrimento imposto pela ofensiva militar lançada por Israel, solicitando que o mesmo seja transmitido à Autoridade Palestiniana, com o expresso desejo de que consigam obter brevemente uma solução pacífica para este conflito.-----

-----A Assembleia Municipal, manifesta ainda o mais profundo pesar pelas vítimas que esta guerra já provocou, assim como por todas as que venham a verificar-se e envia, através do Representante diplomático da Palestina em Portugal, às suas famílias as mais sentidas condolências.-----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras-----

-----23 de setembro de 2024, o deputado municipal do PCP, Francisco Corvelo.”-----

-----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** começou por afirmar que sentia este voto prejudicado pelo voto anterior.-----

-----Acha que é mais abrangente e acha que envolve questões humanitárias com ambos os povos. Não acha, contrariamente ao deputado Francisco Corvelo que as questões sejam de quantificação, lembrando que andam há muito tempo a falar do problema que existiu, nas Torres Gêmeas, onde faleceram centenas ou milhares, não pelos números, pela a violência que é atroz, e não se sente muito confortável em votar este voto, depois de ter votado o anterior, que é mais abrangente, concordando que, se calhar, há que parar e há que se pedir um cessar-fogo.-----

----- Não é um profundo conhecedor das idiosincrasias daqueles povos, que se calhar mutuamente se agredem e se calhar ninguém tem razão, ou seja querem aniquilar-se mutuamente, e não conseguem entender até porque são maneiras de pensar que não são propriamente a gênese histórica com que se identificam, porque aqui na europa são outras religiões e outras culturas. Não irá votar a favor porque votou a favor o anterior.-----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** recordou que em 24/02/2022 a assembleia municipal aprovou um voto de pesar, pelas vítimas da guerra na Ucrânia, tendo na altura feito a seguinte declaração de voto “Nós no PCP, somos frontalmente indiscutivelmente e militante a favor da paz e da resolução dos problemas pela via pacífica e diplomática. Lamentamos que em caos idênticos como foi a invasão destruição da Jugoslávia, a invasão do Iraque, do Afeganistão e da Somália da Síria etc. não merecesse idêntico tratamento, o consideramos algo criticável e condenável. Por estas razões que acabei de apresentar abstenho-me.”-----

-----Julgava que esta posição tinha ficado perfeitamente clara, mas quando insistem de que o PCP, nunca condenou e nomeadamente, ele deputado municipal do PCP, a invasão da Ucrânia, não é verdade.-----

-----Reforçou ainda que quando o deputado Pedro Castelo diz que no dia 7 de outubro houve uma invasão de um grupo armado a um país que era Israel, não, não é verdade. É pena que não se saiba que esse país é ocupante, esse país é que é o invasor. Lamenta que haja um desconhecimento das resoluções da ONU, que considera que o território de Israel é aquele foi estabelecido em 1948, e não a partir de 1967 com a ocupação de vastas áreas do território palestino e não só, do Egipto etc.-----

-----Concluindo registou que condenam vivamente o atentado do dia 7 de outubro, outra coisa é deixarem passar em claro aquilo que se passa efetivamente e merece o pesar do PCP pela quantidade de mortes e destruição que existe.-----

-----Em resposta o *deputado municipal Pedro Castelo*, dirigindo-se ao colega, cuja opinião respeita, disse que na pluralidade daquilo que são as ideias e opiniões de cada um, é que se faz a democracia e o colega Francisco Corvelo sabe disso pela sua experiência de vida, no entanto, afirmou que aquilo que disse é que houve, e é factual, a invasão por parte de um grupo terrorista, a um Estado, não mencionou as fronteiras, estabilizadas ou não pela ONU e em relação ao que afirmou, questionou se o voto de pesar que votou em 2022, como referiu, e em que se absteve pelo aquilo que percebeu, foi apresentado pelo Grupo Municipal do PCP.-----

-----Ainda sobre esta questão pediu para se pronunciar o *deputado municipal Rui Prudêncio* assegurando que a sua intervenção ia exatamente nesse sentido, ou seja, o plenário aprovar por unanimidade de um voto de pesar por todas as vítimas sem olhar a nacionalidades, sem olhar culpas, sem olhar a responsabilidades, uma vítima, é uma vítima. A Cruz Vermelha não distingue, o Crescente Vermelho, não distingue. Não vão ser eles que vão distinguir e, portanto, dentro dessa lógica, dentro desse espírito não vão ser capazes de aprovar um voto, que é absolutamente desequilibrado, sectário e de alguma forma com interesses, que para ali não contam e, portanto, o PS votará contra este voto em particular, sendo que votaram por unanimidade, um voto pelas vítimas daquele conflito, independentemente das nacionalidades e isso é mais importante do que atribuir os graus de mais importância, seja a vítima for.-----

-----Terminadas as intervenções, passou-se à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria 31 votos contra, 4 votos a favor e 4 abstenções de reprovam o voto de pesar e solidariedade ao povo palestino.-----

-----Anota-se que se abstiveram, Tomás Lourenço, José Damas Antunes, António João Bastos e Ilídio Santos, e votaram a favor Pedro Vaza, Ana Teresa Carvalho, Rui Estrela e Francisco Corvelo.-----

**VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS NO NORTE E CENTRO DO PAÍS:**-----

-----“Assistimos desde meados de setembro, durante dias a incêndios florestais devastadores que se espalharam pelo norte e centro de Portugal, atingindo uma área que ultrapassa os 121 mil

hectares e destruindo à sua passagem casas, florestas e patrimónios, deixando um rasto de desolação nas comunidades afetadas, ceifando vidas e causando irreparáveis perdas materiais e emocionais. -----

-----Este voto de pesar é apresentado para prestar a mais sentida homenagem às vítimas deste desastre e expressar as mais profundas condolências e solidariedade às famílias enlutadas e aos amigos de todas as vítimas mortais e estende a solidariedade a todos os que foram diretamente afetados por esta tragédia.-----

-----É também momento de reconhecer, com profunda gratidão, o esforço incansável de todos os que, com coragem e abnegação, se empenharam no combate às chamas, especialmente os bombeiros e as autoridades locais, sem esquecer todos os voluntários.-----

-----Esta Assembleia Municipal junta-se, assim, em silêncio e respeito, para honrar a memória de todas as vítimas dos incêndios, destacando os bombeiros João Silva, Sónia Melo, Paulo Santos e Susana Carvalho. Que o seu exemplo de vida perdure como símbolo de altruísmo e de serviço à nação. -----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras. -----

-----25 de setembro de 2024, grupo municipal do PSD”.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o voto de pesar em título, observando um minuto de silêncio pelas vítimas em causa. -----

**VOTO DE LOUVOU À EQUIPA DE COMBATE À VESPA ASIÁTICA:**-----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade mandar lavra em ata um voto de louvor, à equipa que tem a seu cargo a tentativa de eliminação da vespa asiática, que têm feito um trabalho extraordinário, digno de louvor, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana.-----

**VOTO DE AGRADECIMENTO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras, na sequência do flagelo dos incêndios que assolou o país na passada semana, deliberou, por unanimidade mandar lavra em ata um voto de agradecimento aos bombeiros torrienses, que de forma abnegada e profissional, deram o seu inestimável contributo e ajuda no combate destes fogos, mulheres e homens torrienses, que honram a farda, a instituição, mas acima de tudo disseram ao país presente.-----

-----Em nome da Assembleia Municipal e em nome da solidariedade para com todos os torrienses foi expressado um forte abraço de agradecimento, sem nunca esquecer, que também nunca lhes faltaremos, e um bem hajam a todos os bombeiros de Torres Vedras por enaltecem o nosso nome.-----

**RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA “EMPRESAS E EMPREGO EM TORRES VEDRAS”:**-----

-----O **presidente da Mesa** antes de ler, fez uma breve apresentação das recomendações em título e deu nota que as mesmas foram aprovadas unanimemente na Comissão de Economia e Demografia e são o resultado daquilo que foi a Assembleia Municipal Temática sobre “Emprego e Empresas” que foi realizada em maio. -----

-----Deu nota ainda que a comissão considerou que para qualquer uma destas temáticas, deviam ser elaborados programas, ou seja, que a Câmara Municipal se o conseguir e puder, que elabore programas, que já se indiquem com propostas operacionalizadas, ou seja, propostas que já tenham objetivos, enquadramento, responsáveis, programação, avaliação e orçamentação para cada uma destas coisas, e não serem só ideias.-----

-----Salientou ainda que é uma síntese daquilo que se considerou o mais relevante do que se passou na referida sessão temática, que foi bastante participada e rica. -----

**Espaços para Implementação de Empresas:** -----

-----Necessidade de produção de um programa que avalie e apresente propostas operacionalizadas (objetivos, enquadramento, responsáveis, programação, avaliação e orçamentação), com vista à criação, consolidação e/ou desenvolvimento de espaços para a implementação de empresas, tendo em conta que o PT 2030 apoia a criação de áreas empresariais e por isso é necessário que se possuam projetos financiáveis por este programa, que venham a aumentar a atratividade do Concelho para investimentos empresariais. Este programa, a ser promovido pela Câmara Municipal, deve envolver entidades públicas e do direito privado, a par de outras que tenham como objetivo a gestão e atratividade do nosso território.”-----

**Carências de Trabalhadores:** -----

-----Necessidade de produção de um programa que avalie e apresente propostas operacionalizadas (objetivos, enquadramento, responsáveis, programação, avaliação e orçamentação), com vista a suprir carências de trabalhadores para as empresas Torrienses, de áreas económicas, nomeadamente, associadas à Agricultura, Indústria Agroalimentar, Turismo, Restauração e Construção Civil. Este programa, a ser promovido pela Câmara Municipal, deve envolver as entidades que no Concelho se dedicam ao ensino profissional, associações empresariais e/ou empresas das atividades em causa, assim como os seus sindicatos, a par da Segurança Social e IEFP.”-----

**Transportes Coletivos:**-----

-----Necessidade de produção de um programa que avalie e apresente propostas operacionalizadas (objetivos, enquadramento, responsáveis, programação, avaliação e orçamentação), com vista a aumentar fortemente a utilização de transportes rodoviários coletivos de passageiros no Concelho. Tanto na vertente de transportes urbanos, como na de transporte de trabalhadores para locais de trabalho. Este programa, a ser promovido pela Câmara Municipal,

deve envolver entidades públicas - Infraestruturas de Portugal e Instituto da Mobilidade e Transportes – e do direito privado - associações empresariais, sindicatos, a par de outras que tenham como objetivo a mobilidade das pessoas e bens.” -----

-----Aproveitando o ponto em título, a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* lembrou que houve uma área referida na sessão temática sobre o “Cluster alimentar no concelho” que considera pertinente visitar que é a questão dos resíduos agrícolas. -----

-----Também assinalou que sendo neste dia comemorado o Dia Nacional da Sustentabilidade e que o assunto também foi falado no Conselho Municipal de Ação Climática, lembrou que todo o tipo de resíduos que não sejam geridos devidamente tem consequências, quer ambientais, quer de saúde, e já que as três recomendações em votação não incluem esta área, lançou o repto para a gestão de resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos, mas também dos orgânicos, seja futuramente abordada, tal e qual foram sistematizadas estas 3 áreas.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passou-se de imediato à votação: -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes recomendações: Espaços para Implementação de Empresas; Carências de Trabalhadores e Transportes Coletivos.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 01h 10m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---